

**UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO**

**Daniel Batista Sucupira**

**ANÁLISE DAS FORMAS DE ACESSO E APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO VALE DO MUCURI: O CASO DO  
MUNICÍPIO DE POTÉ, MINAS GERAIS, BRASIL.**

Governador Valadares – MG

2015

**Daniel Batista Sucupira**

**ANÁLISE DAS FORMAS DE ACESSO E APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO VALE DO MUCURI: O CASO DO  
MUNICÍPIO DE POTÉ, MINAS GERAIS, BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Integrada do Território.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos.

Governador Valadares – MG

2015

“Até aqui me ajudou o Senhor”.

Dedico este trabalho ao saudoso Jerônimo Sucupira, este sim um verdadeiro mestre. Homem simples e humilde que com a força do seu exemplo me ensinou a ser honesto, trabalhador e sonhador. Dedico ainda àquela pessoa que nos últimos anos assumiu com carinho, amor e dedicação o duplo papel de ser pai e mãe. É pra Senhora “Mainha”.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

Aos meus amados pais, Jerônimo Sucupira (*in memoriam*) e Maria dos Anjos.

Ao meu grande orientador professor Mauro Augusto dos Santos, personagem fundamental neste trabalho.

A minha companheira, esposa e amiga Grazielle Sucupira pelo apoio incondicional.

Aos irmãos queridos, Giuliano (Giu) e Wilke (Tiqueno) pela força de sempre.

Às minhas pequenas, Clara Isabele (Clarinha) e Maria Gabriela (Gabi), por serem as filhas mais lindas do mundo. Espero que me desculpem pela ausência.

Às famílias, Batista, Sucupira, Calazans e Silva pela confiança.

Aos companheiros da Prefeitura Municipal de Poté e da Emater, pela paciência e boa vontade.

Aos Companheiros e militantes do Mandato Popular Daniel Sucupira Vereador, pelo companheirismo e pela força.

Aos colegas do mestrado pelos momentos vividos.

A toda a equipe do GIT, os quais cumprimento na pessoa do nosso professor Haruf Salmen Espindola.

Por fim, meu agradecimento sincero a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram nessa missão.

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.”

Bertold Brecht

## RESUMO

A presente dissertação busca, através da abordagem territorial, analisar a aplicação das políticas públicas de desenvolvimento rural no Território da Cidadania do Vale do Mucuri, no Estado de Minas Gerais, tendo como referência o caso do Município de Poté, que faz parte do grupo de municípios que compõem esse território. O trabalho utilizou, como metodologia, a pesquisa bibliográfica e documental, além da busca de informações junto aos gestores públicos municipais. Verificou-se quais eram as políticas públicas de desenvolvimento rural, ofertadas pelo governo federal, que estavam disponíveis ao município, no período de 2009 a 2015, quais foram acessadas e implementadas pelo município e quais os motivos que impediram o acesso do município às demais políticas. Constatou-se um desconhecimento da oferta de vários programas e projetos em sua totalidade. Também foi ressaltada a existência de entraves de ordem financeira, políticos, técnicos e legais, como limitadores do acesso às políticas públicas federais de desenvolvimento rural. Em síntese, verificou-se que existe uma lacuna entre a proposição das políticas públicas e sua implementação no município. Este trabalho reafirma a abordagem territorial como alternativa de redução das desigualdades regionais com a devida participação popular. Entretanto, as informações coletadas demonstram que, no caso do Município de Poté, o programa de desenvolvimento territorial, sob a ótica dos gestores públicos do município, não foi bem sucedido. Por fim, reforça-se a necessidade de integração entre atores da sociedade civil e poder público na busca de novos rumos para o desenvolvimento da região, sugerindo a busca de alternativas que melhorem o acesso dos municípios aos programas e projetos governamentais.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Desenvolvimento territorial. Desigualdade regional. Vale do Mucuri.

## ABSTRACT

This work seeks, through the territorial approach, to analyze the implementation of public policies for rural development in the Territory of the Mucuri Valley Citizenship, in the state of Minas Gerais, with reference to the case of the city Poté, which is part of the group of cities that make up this territory. The study used as methodology, bibliographical and documentary research, as well as search of information from the municipal administrators. It was verified what were the policies of rural development offered by the federal government and available to the county from 2009 to 2015, which ones were accessed and implemented by the county, and the reasons that prevented the municipal access to the other policies. It was found a lack of supply of various programs and projects in their entirety. It was also highlighted the existence of barriers of financial, political, technical and legal order, such as limiting access to federal public policies for rural development. In summary, it was found that there is a gap between the proposition of public policies and their implementation in the city. This work reaffirms the territorial approach as an alternative to reduce regional inequalities with proper public participation. However, information collected showed that in the case of the city of Poté, territorial development program, from the perspective of public officials of the city, was not successful. Finally, it reinforces the need for integration between actors of civil society and government in the search for new directions for the development of the region, suggesting the search for alternatives to improve the access of cities to government programs and projects.

**Keywords:** Public policy; Regional development; Regional inequality; Mucuri Valley

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 01</b> – Mapa do Território da Cidadania do Vale do Mucuri	30
<b>Gráfico 01</b> – População rural e urbana do Vale do Mucuri-MG, Minas Gerais, Sudeste e Brasil em 2008	31
<b>Tabela 01</b> – Poté: Evolução da população e taxas de crescimento médio anual – 1980-2010	35
<b>Quadro 01</b> – Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015	37
<b>Tabela 02</b> – Ministérios e Instituições Proponentes de políticas Públicas disponíveis ao Município de Poté – MG	57
<b>Tabela 03</b> – Poté: Síntese dos recursos públicos federais acessados entre 2009 e 2015	62

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- 4CMBR – Programa Comunidade, Conhecimento, Colaboração e Compartilhamento dos Municípios Brasileiros
- AMUC – Associação dos Municípios do Vale do Mucuri
- APA – Área de Preservação Ambiental
- APJ – Associação Aprender Produzir Juntos
- ARMICOPA – Associação Regional Mucuri de Cooperação de Pequenos Agricultores
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAUC – Cadastro Único de convênios
- CI – Computadores para Inclusão
- CIAT – Comissão para Implantação das Ações Territoriais
- CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- FNS – Fundação Nacional de Saúde
- FPM – Fundo de Participação dos Municípios
- GEPAF – Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar
- ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
- IDESTUR – Instituto de Desenvolvimento do Turismo
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MEI – Programa Microempreendedor Individual
- NEDET – Núcleo de Extensão de Desenvolvimento Territorial
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PBF – Programa Bolsa Família
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPAG – Plano Plurianual de Ações Governamentais  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONAMP – Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural  
PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais  
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável  
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
TCVM – Território da Cidadania do Vale do Mucuri  
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	14
2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE .....	14
2.2 DESIGUALDADES REGIONAIS .....	19
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	20
2.4 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	24
2.5 A POLÍTICA TERRITORIAL DO GOVERNO BRASILEIRO .....	26
2.6 O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI.....	29
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POTÉ – MINAS GERAIS</b> .....	34
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DISPONÍVEIS AO MUNICÍPIO DE POTÉ ENTRE OS ANOS 2009 E 2015.....	36
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELO MUNICÍPIO DE POTÉ ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2015 .....	58
<b>4 ENTRE A AÇÃO E O OBJETO: ENTRAVES E ALTERNATIVAS NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	63
4.1 PROGRAMAS CONHECIDOS PELOS GESTORES DO MUNICÍPIO .....	64
4.2 O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E O MUNICÍPIO DE POTÉ .....	73
4.3 PROGRAMAS DESCONHECIDOS PELOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS .....	75
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL – LIMITAÇÕES DE ACESSO	78
5.2 ENTRE OS MINISTÉRIOS E O MUNICÍPIO .....	81
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	87

## 1 INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro é desigual. As desigualdades regionais marcaram historicamente o Brasil e as marcas dessa desigualdade são perceptíveis de norte a sul do país, sendo agravadas quando o recorte diz respeito a regiões afastadas dos grandes centros, especialmente quando situadas na zona rural. Neste contexto, as políticas públicas se apresentam como um instrumento capaz de diminuir as diferenças regionais e proporcionar novos caminhos de desenvolvimento para essas regiões.

A aplicação das políticas públicas não é algo fácil. Os municípios menores apresentam grandes dificuldades na elaboração e implantação dos programas e projetos para atendimento das demandas locais, pois faltam recursos próprios. Com baixa arrecadação, os gestores públicos municipais administram basicamente o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), recursos estes que praticamente se esgotam na quitação da folha de pagamento dos servidores e no custeio das atividades básicas nos municípios.

Neste cenário de falta de recursos próprios para investimentos, as políticas públicas governamentais ofertadas pelos governos Estadual e Federal são fundamentais para os pequenos municípios. Ocorre que a realidade é dura para estes municípios. Em grande parte dos casos eles não dispõem de técnicos capacitados no levantamento das demandas, acesso aos editais e elaboração dos projetos. Em muitos casos há um total desconhecimento dos editais e chamadas públicas disponíveis.

A discussão das políticas públicas de desenvolvimento rural passa em grande medida pela estratégia de desenvolvimento com abordagem territorial. O Governo Federal, a partir do ano de 2003, adotou um modelo alternativo de construção da política de desenvolvimento rural, instituindo no país os territórios rurais. Neste intento, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário passou a adotar o seguinte conceito de território rural:

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e

externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p. 28).

Este trabalho está focado no Município de Poté, situado no Território da Cidadania do Vale do Mucuri (TCVM), situado na porção nordeste do estado de Minas Gerais, e tem, como objetivo principal, verificar quais eram as políticas públicas de desenvolvimento rural, ofertadas pelo Governo Federal, que estavam disponíveis ao Município de Poté-MG no período de 2009 a 2015, quais foram acessadas e implementadas pelo município e quais os motivos que impediram o acesso do município às demais políticas.

Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Além disso, buscando informações que garantissem a realização dos objetivos desse trabalho, foram realizadas reuniões junto aos gestores públicos municipais, como, o prefeito, secretários municipais, servidores da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), entre outros atores que atuam na elaboração ou implantação dos programas e projetos viabilizados por meio de recursos públicos.

Inicialmente, foram levantadas quais foram as políticas públicas ofertadas pelo governo federal no período em análise. Posteriormente foram coletadas informações sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas e as que, mesmo estando disponíveis ao município, não foram acessadas, buscando esclarecer os motivos do não acesso.

Tendo em vista que foram consultados os gestores públicos responsáveis diretos pela elaboração dos projetos e captação dos recursos públicos disponíveis, este trabalho suscitará informações relacionadas à forma de acesso às políticas públicas ofertadas pelo governo federal e levantará aspectos relevantes no que tange a aplicação dos recursos oriundos dos programas e projetos acessados, assim como das dificuldades encontradas pelos gestores.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, além dessa introdução. No primeiro capítulo tem-se o referencial teórico do trabalho, ressaltando questões relacionadas às teorias que estudam o território, as desigualdades regionais e políticas públicas. O segundo capítulo apresenta a caracterização do Município de Poté, listando as políticas de desenvolvimento rural que, no âmbito do governo federal, estavam disponíveis ao município e quais foram efetivamente implementadas. No terceiro capítulo serão analisados os entraves e as alternativas para alcance das políticas. Por fim, no quarto capítulo, apresentam-se as considerações finais.

## Capítulo II

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 2.1 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

O Território é o Espaço transformado. A partir dessa afirmação do geógrafo baiano Milton Santos, pode-se dizer que não se faz um território sem os seus agentes de transformação. A política de desenvolvimento com abordagem territorial, implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), parte da premissa de que não é possível universalizar os programas básicos de cidadania, bem como promover o desenvolvimento rural sustentável sem a devida integração dos agentes públicos e sem a garantia da participação social.

Diversas obras e diferentes autores aprofundaram seus estudos na temática abordada por este trabalho, qual seja, o desenvolvimento territorial e as políticas públicas. A conceituação de território, espaço e territorialidade, bem como a compreensão de seus significados no contexto deste trabalho são fundamentais.

As contribuições de Raffestin (1993) apontam para a preexistência do espaço como uma matéria prima. Segundo este autor o “espaço” é o local de possibilidades, é a realidade que antecede qualquer acontecimento e a qualquer prática, de forma que somente será objeto a partir do momento em que o autor dele se apoderar (RAFESTIN, 1993, p.144).

A formação do espaço, conforme relata Santos (2004, p. 62), é dada por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideradas isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”.

Os sistemas de objetos são construções da ação humana no espaço. Os objetos tem sentido material e não são definidos de forma subjetiva. Os objetos naturais disponíveis ao homem, na medida em que a sociedade se desenvolve, são transformados em objetos fabricados.

Segundo Santos (2004), o espaço se torna um conjunto de objetos cada vez mais artificial agregando edificações humanas como hidroelétricas, fábricas, portos, estradas de ferro, estrada de rodagem, entre outras estruturas que modificam o espaço e lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Os sistemas de ações são próprios dos seres humanos, apresentando objetivos e finalidades. Estes sistemas de ações condicionam as transformações dos objetos naturais, bem como podem redefinir o sentido dos objetos preexistentes. Para Santos (2004), os sistemas de ações também são marcados pela artificialidade e são cada vez mais tendentes a fins estranhos ao seu lugar e a seus habitantes.

Santos (2004) e Raffestin (1993) apresentam abordagens distintas acerca dos conceitos de espaço e território.

Fica claro na abordagem de Santos (2004) que, mesmo sendo aparentemente sinônimos, Espaço e Território apresentam significados diferentes:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que o anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, a existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 2004, p. 63).

Afirmando que Espaço e Território não são termos equivalentes, Raffestin (1993) acrescenta que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do Espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

É possível apontar, portanto, que o território nasce a partir da presença humana em um determinado espaço. Raffestin (1993) ressalta que o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

Nesta mesma linha em que se afirma a distinção existente entre espaço e território, Haesbaert (2007), de forma contundente, critica os autores que utilizam indiscriminadamente os termos território e espaço, afirmando que o espaço é mais amplo que o território.

Haesbaert (2007) traz a noção de que o território é uma construção social, histórica e que se dá a partir de relações de poder que envolvem a sociedade e o espaço geográfico. Raffestin (1993) também enfatiza as relações de poder na configuração territorial, e ao citar as imagens variadas de cidades e redes urbanas, o autor aponta que:

As imagens territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Complementando a abordagem territorial no campo de poder, Raffestin (1993) afirma que os seres humanos, de acordo com os seus objetivos, combinam energia e informação e elaboram estratégias de produção que, de acordo as relações de poder, se chocam. Neste sentido a produção do território se insere perfeitamente no campo do poder.

Relevante contribuição é apresentada por RUCKERT (2004) ao relacionar território e poder. Segundo esse autor:

Interpretar o poder relacionado ao território significa relacioná-lo à capacidade dos autores de gerir, de implantar políticas econômicas e tecnológicas, com incidência estratégica no território por parte tanto do Estado como dos múltiplos autores do/no poder, na divisão/participação/gestão de políticas pelos capitais privados e por segmentos da sociedade civil que representem as diferentes regiões do território. (RUCKERT, 2004, p.6)

Considerando que esta pesquisa reconhece a existência do território a partir da presença humana, as contribuições de Hasbaert (2007) são extremamente relevantes. Em especial, destaca-se a afirmação feita pelo autor de que “o homem nasce com o território e o território por sua vez nasce com a civilização, neste sentido, os homens se inserem no espaço construindo o território, bem como, passam a ser construídos por ele” (HAESBAERT, 2007, p. 42).

O território pode ser compreendido a partir de diversos olhares, abordagens e concepções. Perico (2009) aponta a existência de diversas vertentes relacionadas ao conceito de território, segundo a sua natureza e enfoque de aproximação.

Sob o ponto de vista jurídico-político, o território é definido como espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder sob a concepção mais subjetiva – cultural e simbólica. Constitui produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço sentido, vivido e compartilhado. Sob a concepção econômica, o território evoca a dimensão das restritas relações econômicas, que concebe o território como sinônimo de recursos, da relação capital-trabalho ou da divisão territorial do trabalho. E a concepção naturista enfatiza as relações homem/natureza/sociedade manifestada na relação ambiental (PERICO, 2009, p. 56-57).

Tendo em vista a abordagem desta pesquisa, quanto ao seu aspecto de desenvolvimento territorial faz necessário abordar a multidimensionalidade do território, o que segundo Perico

(2009), implica em expressões de poder de acordo com as dimensões econômicas, socioculturais, políticos-institucionais e ambientais.

Ao descrever estas dimensões, o autor aponta que o enfoque econômico aborda as capacidades de diversificação, inovação, o uso e a articulação de recursos na busca do fortalecimento de cadeias produtivas, bem como a busca de oportunidades de geração de trabalho e renda, não obstante a integração de redes de produtores (PERICO, 2009, p.57).

Ainda na perspectiva da multidimensionalidade do território, a dimensão sociocultural refere-se à participação cidadã e a equidade das relações de poder, com o devido respeito à história, aos valores e a cultura do território. Sobre a dimensão política institucional destaca-se a busca da governabilidade democrática junto aos atores e instituições. Por fim, a dimensão ambiental, que refere-se ao meio ambiente, com enfoque no princípio da sustentabilidade (PERICO, 2009, p. 57).

Outro conceito amplamente trabalhado na conceituação de Espaço e Território, diz respeito à noção de territorialidade. Na perspectiva descrita pelos autores (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2004; HAESBAERT, 2005), as relações, econômicas, culturais e políticas estabelecidas entre os atores e instituições, dão significado ao lugar. Neste sentido, a noção de territorialidade deve ser considerada no desenvolvimento desta pesquisa, como descrita por Hasbaert (2005).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2005, p.6776).

Na perspectiva de Raffestin (1993), ao apontar a existência de interações entre atores na modificação das relações entre a natureza e as relações sociais, a territorialidade adquire um valor particular, passando a refletir a experiência do que é vivido por esses atores enquanto membros de uma coletividade. “Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Dialogando com Reffestin (1993), no que se refere às relações de poder e sua existência na dinâmica territorial, Haesbaert (2005) cita a territorialidade como um componente do poder na

estratégia de criar e manter grande parte do contexto geográfico, através do qual o homem experimenta o mundo e a ele atribui seu significado (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Construindo a noção de territorialidade em coerência com as abordagens supracitadas, Perico (2009, p.53) entende a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social que controla, usa, ocupa e se identifica como parte de seu espaço, biofísico, convertendo-o desta forma em seu território”.

As contribuições voltadas para a conceituação do território dão conta da complexidade do assunto e dos diversos olhares em diferentes contextos acerca da abordagem territorial. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão do governo brasileiro responsável pela implantação da política de desenvolvimento com abordagem territorial, apresenta a seguinte conceituação de território:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p.28).

Esta pesquisa, ao analisar o acesso às políticas públicas governamentais e sua relação com a promoção do desenvolvimento rural, se fundamenta nos conceitos abordados pelos estudos territoriais. Neste sentido, as contribuições teóricas apresentadas, ainda que de forma sucinta, reforçam a ideia de que o território é capaz de integrar o conjunto das relações humanas e sociais, permitindo um novo olhar na construção do desenvolvimento, com inclusão social, viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental.

Busca-se neste trabalho relacionar a atuação estatal na promoção de políticas públicas de desenvolvimento e as estratégias de desenvolvimento territorial tendo como parâmetro a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. Ressaltam-se os esforços governamentais na busca de alternativas que visem combater a pobreza rural e minimizar as desigualdades existentes entre as regiões brasileiras, debate a ser aprofundado na seção posterior.

## 2.2 DESIGUALDADES REGIONAIS

Para a discussão acerca das desigualdades regionais, faz-se necessário a compreensão do termo região e seu significado. Adota-se nesta pesquisa, o sentido descrito por Silva (2005) que aponta que uma região é uma parte de um todo que, se recortado novamente, gera outras regiões. O termo “região” tem sua etimologia no verbo governar, administrar, dirigir, o que denota a amplitude do seu significado.

Albagli (2004) ao descrever a região a partir do pensamento de Becker (1993), aponta que essa, atualmente e numa escala local, parece substituir a região subnacional, como escala espacial, sendo essa ótima para a arena política e para a organização de movimentos reivindicatórios – regionalismos , o que permite outro padrão de descentralização do espaço.

Pensar desigualdades regionais é reconhecer as disparidades sociais, culturais e econômicas que estão presentes no Território. Na busca de alternativas para o desenvolvimento integrado das regiões, encontra-se vigente as discussões em torno da questão regional, expresso através das vertentes globalista e regionalista. Santos (2005) ao citar Charles Tiebout e Kenichi Ohmae aponta que na visão globalista os fatores de produção buscam melhores condições e incentivos deslocando-se de uma cidade para outra de forma que a competição a ser estabelecida entre as cidades tende a torná-las iguais.

A vertente regionalista acredita que as regiões e cidades apresentam condições de buscarem negociações bem sucedidas na economia global. Esta afirmação é feita por Silva (2005) ao mencionar Michael Stoper, Allen Scott, Alain Lipietz entre outros autores que acreditam que a formação da identidade regional (cultura, história, política), é pré-condição para que o projeto de desenvolvimento regional seja bem sucedido.

Em suas formulações Albagli (2004) traz sua contribuição no debate regionalista, apontando dimensões culturais e políticas de análise. A autora afirma que os regionalismos expressam movimentos de caráter político, revelando suas especificidades e buscando o fortalecimento e a projeção de atores e instituições regionais objetivando-se o estímulo e proteção das culturas locais.

Reafirma-se – em que pese a dinâmica própria do capitalismo de influenciar as dinâmicas territoriais, mudando a configuração espacial por meio da ocupação de vazios econômicos e a

introdução de investimentos de capital (ESPINDOLA, 2008) – a importância das políticas públicas para transformar a realidade de determinadas regiões. Neste sentido, a próxima seção, além de continuar a discussão acerca das desigualdades regionais, abordará as particularidades das políticas públicas em seu viés da promoção do desenvolvimento com abordagem territorial.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Este estudo reconhece que as políticas públicas têm um importante papel no desenvolvimento do país. Diante das latentes desigualdades entre as várias regiões brasileiras, as políticas de desenvolvimento econômico se apresentam como alternativa aos municípios desprovidos de recursos financeiros próprios para implementação de projetos que busquem transformar sua realidade e dinamizar o seu desenvolvimento.

Ressalta-se, na perspectiva de SEN (2000) – sem desprezar as questões econômicas –, que o desenvolvimento vai além da questão da acumulação e crescimento do produto interno bruto de um país. A compreensão do desenvolvimento está relacionada à nossa capacidade de desfrutar das nossas liberdades, desta forma, interagindo com o mundo em que vivemos.

Outro aspecto relevante, diz respeito à liberdade para empreender, despertada num indivíduo a partir do momento em que o mesmo tem suas necessidades básicas atendidas. Conclui-se, portanto, que as pessoas dificilmente arriscam quando seus recursos são escassos.

Nesta abordagem, em que a mudança na vida dos indivíduos impacta diretamente na construção das alternativas de desenvolvimento econômico em suas comunidades ou territórios, a liberdade substantiva com superação das privações impostas é determinante no processo de desenvolvimento. Neste sentido Sen (2000) aponta que:

Ver o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas das pessoas tem implicações muito abrangentes para a compreensão do processo de desenvolvimento e também para os meios de promovê-lo. Na perspectiva avaliatória, isso envolve a necessidade de aquilatar os requisitos de desenvolvimento com base na remoção das privações de liberdade que possam afligir os membros da sociedade (SEN, 2000, p. 49).

Na perspectiva do desenvolvimento com abordagem territorial, os pressupostos de SEN (2000) podem contribuir na compreensão dos desafios vividos pelos municípios no atendimento de suas populações. Neste sentido é possível apontar que apesar do governo

federal disponibilizar programas e projetos aos municípios, dificuldades precisam ser superadas para que os projetos sejam viabilizados.

Na lógica do pensamento de SEN (2000), algumas das dificuldades dos municípios podem ser consideradas como privações de liberdade, nesta analogia, não se discutem aspectos individuais e sim institucionais, relacionados à dificuldade dos municípios em exercer de forma plena o seu papel de agente público, responsável pela promoção da igualdade social e do desenvolvimento sustentável tanto na zona rural quanto na zona urbana.

Analisando a obra de Amartya Sen (2000) sob a ótica da gestão pública municipal e tendo como referência o caso do Município de Poté, é possível apontar a existência de privações financeiras, sendo essas, elucidadas pela falta de recursos que afetam o município. Os recursos financeiros arrecadados praticamente se esgotam no cumprimento do piso constitucional de investimento na educação, saúde, no repasse ao poder legislativo e no cumprimento da folha de pagamento dos servidores municipais.

Outra privação de liberdade que pode ser observada diz respeito às privações da cultura política. Trata-se de uma cultura política de disputa permanentemente vivida em que as sucessões do poder executivo municipal interrompem ciclos administrativos importantes. Neste sentido, o acirramento da disputa acarreta problemas como a falta de documentos para prestações de contas de projetos, a perda de recursos públicos oriundos dos governos federal e estadual e, principalmente, impõe um comportamento que proporciona um isolamento com clara separação na sociedade local.

Com a mesma relevância pode-se inferir a privação de liberdade em seu aspecto técnico. As inovações nas formas de captação de recursos e implementação de políticas públicas exigem dos municípios a existência de equipes técnicas qualificadas e capacitadas. Neste sentido a falta de recursos financeiros específicos para contratação destas equipes e a ausência de suporte técnico externo ao município privam a municipalidade de cumprir suas demandas técnicas com a eficiência e eficácia exigidas.

Este trabalho aborda aspectos relevantes relacionados à elaboração de programas e projetos governamentais. Ressalta-se que historicamente a concepção dessas ações públicas se deu nos grandes centros urbanos, especialmente nas sedes do poder executivo estadual ou federal, fato que acarretou um distanciamento entre as políticas públicas idealizadas e as políticas públicas implementadas.

Observa-se que, numa escala de maior proximidade, a tendência é que a solução de problemas e a construção de alternativas sejam mais eficientes. Ou seja, uma gestão regionalizada pode viabilizar soluções de problemas trazendo respostas imediatas e com um melhor aproveitamento de oportunidades.

Do ponto de vista da governança, a proximidade entre eleitores e eleitos, população e governantes permite que seja feito um ajustamento positivo com ações administrativas mais adequadas as demandas da população. Diminui-se o distanciamento entre o discurso de campanha e a ação do governante (SILVA, 2005). Os gestores públicos transformam suas propostas em ações concretas através das políticas públicas. Entendendo a necessidade do aprofundamento teórico para consecução dos objetivos desta pesquisa, a seguir são apresentadas algumas definições e conceitos ligados às políticas públicas.

São várias as definições de política pública, não existindo, entretanto, uma única e melhor. Souza (2006) – a partir da contribuição dos autores Mead (1995), Lynn (1980), Peters (1986) e Dye (1984) – resume política pública da seguinte forma:

O campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Já Boneti (2006), destaca que:

“é da natureza de qualquer política pública que fundamentos teóricos que servem de base a sua efetivação estejam ligados a um determinado contexto social. É pertinente destacar que tais fundamentos têm origem na própria formação da instituição pública” (BONETI, 2006, p. 12).

Ainda segundo Boneti (2006), as políticas públicas resultam da competição que se estabelece no âmbito das relações sociais de poder, relações essas que são estabelecidas entre grupos políticos, econômicos, classes sociais e outras organizações da sociedade civil.

As políticas públicas podem equilibrar a disparidade entre as várias regiões do país, sendo capazes de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento econômico, social e cultural. Nesta linha de pensamento, Souza (2006) sintetiza os modelos de políticas públicas descrevendo que:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36-37).

Diante das diferentes demandas da sociedade, as políticas públicas são plurais e diversas, atendendo a vários públicos e classes sociais. Este trabalho tem, como enfoque especial, as políticas públicas de desenvolvimento rural, haja vista a sua capacidade de promover mudanças estruturais no território.

Existem políticas públicas assistenciais de grande relevância, todavia, não são objetos de estudo neste trabalho. Descreve Silva (2009) que, as políticas públicas compensatórias e assistenciais não têm solucionado demandas latentes da sociedade brasileira, como educação, habitação, saúde, saneamento, segurança, transporte, de forma que a injustiça social, associada à má distribuição de renda, dificultam a democratização das relações sociais e o exercício pleno da cidadania.

Não se pode negar que o desenvolvimento de uma cidade ou uma região ocorre a partir do atendimento das necessidades básicas da população. Neste sentido é possível afirmar que uma política assistencial pode ter consigo um viés de transformação estrutural. O programa Bolsa Família se apresenta como um exemplo de política pública assistencial. Contudo, se considerarmos, entre outros aspectos, o volume de recursos financeiros investidos no território, esta política pode promover mudanças estruturais no mesmo.

Grandes desafios devem ser enfrentados na busca de políticas públicas transformadoras na sociedade. Merecem destaque nesta abordagem, entre outros, os desafios da participação popular, o uso transparente dos recursos públicos e a promoção de ações que equilibrem o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade ambiental.

Alguns instrumentos podem contribuir para a superação dos desafios supracitados, entre elas pode-se considerar a utilização das tecnologias da informação, que podem melhorar a efetivação das políticas públicas. Nesta linha de pensamento, Silva (2009) reconhece em sua obra que a transparência na gestão pública tem aumentado em função dos avanços tecnológicos em informações e comunicações.

Esta breve conceituação das políticas públicas, aponta para a necessidade de construção e aperfeiçoamento de modelos alternativos de elaboração, implantação e controle dos programas e projetos governamentais. A próxima seção apresenta a estratégia de desenvolvimento territorial e sua relação com as políticas públicas de desenvolvimento rural, implementadas pelo governo brasileiro através do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

## 2.4 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao final da década de 1990 intensificaram-se os estudos sobre o desenvolvimento territorial com o objetivo de se buscar a redução das desigualdades regionais no país. Neste sentido, chegou-se ao entendimento de que por meio da abordagem territorial as políticas públicas poderiam ampliar seu alcance e atingir de forma mais direta os seus beneficiários.

Acredita-se que, se bem trabalhadas, as políticas públicas podem garantir melhores condições de vida e equilibrar as relações entre os indivíduos, conseqüentemente garantindo o acesso aos serviços básicos de saúde, trabalho, educação e principalmente ampliando as oportunidades individuais e coletivas. Ressalta-se nesta perspectiva o potencial de transformação social de ações que preconizam o desenvolvimento territorial, conforme relata Schneider (2003):

o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, entendido como instituição jurídico-social, às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc. (SCHNEIDER, 2003, p. 102).

O modelo de enfrentamento às desigualdades regionais, sobretudo no que diz respeito ao Brasil rural, perdeu força pela comprovada dificuldade vivida pelas populações que habitavam as regiões mais pobres do país. Em vez de promover o desenvolvimento, o modelo de gestão centralizada aumentava a disparidade existente entre as várias regiões brasileiras.

Neste contexto surgiu e ganhou força a abordagem territorial no desenvolvimento rural. Esta abordagem pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos

problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais (SCHNEIDER, 2003).

O território apresenta sua capacidade de promover a transformação sociopolítica e econômica, sendo o espaço de construção de novas relações de cooperação, solidariedade e parceria, integrando os diferentes agentes econômicos, políticos e sociais, o que Albagli (2004) aponta como o ambiente adequado para o surgimento de redes sociais fundadas em novas territorialidades.

Este trabalho analisa o território em sua perspectiva de desenvolvimento, acreditando no poder das organizações para alcance desta finalidade. Albagli (2004) sugere passos fundamentais para as organizações que desejem atuar no fortalecimento e capitalização de territorialidades em busca do desenvolvimento local e sustentável.

- 1) **Identificação das unidades territoriais pertinentes** enquanto áreas passíveis do desenvolvimento de ações que permitam promover o empreendedorismo local com base em potencialidade endógenas pautadas na unidade territorial.
- 2) **Geração de conhecimento sobre território** enquanto sistemas de objetos e sistemas de ações e relações. Trata-se de identificar e caracterizar as especificidades que melhor traduzem e distingam aquele território bem como representem potencialidades de vantagens comparativas, de dinamismo sócio econômico local, de desenvolvimento sustentável. Esse conhecimento apresentado à partir das dimensões a) física e natural, b) política institucional-organizacional, c) simbólico-cultural e d) econômica.
- 3) **A promoção de sociabilidades**, identificando e mobilizando particularmente aqueles atores e segmentos sociais que imprimam um dinamismo local e que se caracterizem por serem genuínos como tradição.
- 4) **O reconhecimento e a valorização da territorialidade** como elemento não apenas de dinamização produtiva e comercial, mas como forma de desenvolvimento local sustentável. Trata-se de resgatar e valorizar imagens e símbolos, definir níveis de intervenção dos poderes públicos e organizações locais, e estabelecer parâmetros de qualidade e de sustentabilidade com todos os níveis. (ALBAGLI, 2004, P.64-65, grifo da autora).

Diante da interferência econômica presente na dinâmica de um território, pode-se observar que o desenvolvimento territorial mescla o poder econômico e a demanda social, o rural e o urbano, bem como as iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento. Em que pese os antagonismos dos atores, é condição de existência dos territórios, a pluralidade e a diversidade.

O presente trabalho buscou aprofundar as especificidades das políticas públicas, tendo como enfoque especial o desenvolvimento rural. Em função da relevância que lhe é peculiar, este tema vem sendo debatido em diversos ambientes. Schneider (2003) define desenvolvimento rural como:

Um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial (SCHNEIDER, 2003, P. 98).

A partir da adoção desta nova proposta política de desenvolvimento, é comum que ocorram mudanças nas matrizes de investimentos governamentais, nas proposições de políticas públicas, bem como, na ampliação do controle social.

Neste cenário, ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com esses organismos locais tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território e, conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2003, P. 102-103).

O desenvolvimento rural não reduz crescimento agrícola, afirmação que segundo Abramovay (2000) se tornou corriqueira na academia e nas instituições tanto civis quanto governamentais. Observa-se que o ressurgimento da problemática do desenvolvimento territorial, aponta para novas compreensões, possibilidades e caminhos.

Complementando a discussão teórica acerca do desenvolvimento territorial, a próxima seção tratará da atuação do governo brasileiro na implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural, através dos programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania.

## 2.5 A POLÍTICA TERRITORIAL DO GOVERNO BRASILEIRO

O Brasil, por suas dimensões continentais e sua força produtiva, se configura como um dos países agroexportadores de maior relevância para a economia mundial, ocupando uma posição

estratégica e reconhecida pelo volume e qualidade da sua produção agrícola, com merecido destaque a variedade de produção que o país oferece aos países estrangeiros.

Por outro lado, o Brasil distante das fronteiras agrícolas e altamente produtivas, alcançou outros recordes indesejados. Na medida em que se analisa regiões afastadas dos grandes centros produtores, em muitas delas as características marcantes passam a ser o analfabetismo, o desemprego, as péssimas condições de saúde, educação, moradia, entre outros problemas sociais.

Ao pensar desenvolvimento é fundamental compreender que demandas sociais devem interagir com as demandas econômicas na promoção de um modelo equilibrado e sustentável, conforme relata CAZELLA (2008):

Para se obter desenvolvimento é preciso articular o crescimento dos volumes de produção econômica, medido pelos índices de produção e, mais precisamente, pelas variações do produto interno bruto, à satisfação das necessidades fundamentais da população atual e futura, à redução das desigualdades atuais e econômicas e à proteção do meio ambiente. (CAZELLA, 2008. P. 6).

Ao longo da história o modelo de promoção do desenvolvimento rural adotado pelo Brasil em sua lógica desenvolvimentista trouxe graves consequências sociais e ambientais. Foi neste contexto que, segundo Freitas (2010), o surgimento de alternativas de combate à pobreza no meio rural passou a ser crucial, de forma que as políticas de desenvolvimento apontavam para o desenvolvimento territorial.

Criado em 2000, pelo decreto presidencial N° 3.338/2000, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) assumiu a responsabilidade de minimizar os latentes problemas sociais existentes no meio rural brasileiro. Este ministério foi criado para atender as demandas não solucionadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). O Decreto n° 4.723/2003 revogou o decreto anterior mantendo o mesmo nome do ministério e redefinindo suas competências.

A política de desenvolvimento com abordagem territorial nasceu de motivações já relatadas neste trabalho, quais sejam: o combate à pobreza rural, a diminuição das desigualdades sociais e a diminuição das disparidades entre as regiões brasileiras entre outras situações. Nessa perspectiva a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), em 2004, foi um marco importante na implantação da política territorial do MDA.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que foi regulamentada pelo decreto nº 5.033/2004, assumiu a coordenação do PRONAT, iniciando uma importante jornada em busca da ampliação do atendimento a todas as regiões brasileiras, sobretudo aquelas que apresentavam características de estagnação econômica, problemas sociais e riscos ambientais com ponderável presença de agricultores familiares (SILVA, 2008).

O PRONAT direcionou seus esforços junto aos territórios criados. Segundo Geraldi (2012), no lançamento do programa, em 2003, foi aprovada a criação de 40 territórios, dispostos em 20 estados brasileiros. A meta até 2007 era apoiar 190 territórios, porém, em 2012, o sistema de informações territoriais registrava 164 territórios. Segundo MDA (2015), atualmente são 239 territórios atendidos, chegando próximo da meta de 280 até o final de 2015.

No ano de 2008, o governo federal reconheceu que as maiores dificuldades no Brasil encontram-se na zona rural e lançou o programa Territórios da Cidadania. Esse programa se apresenta como instrumento fundamental na promoção do desenvolvimento rural sustentável e, segundo o MDA (2008), pode ser definido da seguinte forma:

O Territórios da Cidadania é um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. (MDA 2008)

O programa Territórios da Cidadania nasceu com a proposta de integrar diversos ministérios e órgão da administração federal como: Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Relações Institucionais, Ministério do Planejamento Ministério de Minas e Energia, Ministério da Saúde/Funasa, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incrá, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Ministério da Justiça/Funai, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Cultura, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Informação obtida no Portal da Cidadania. Disponível em: <[www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)>. Acesso em: 23 jul. 2015.

Inicialmente foram incorporados 60 territórios ao programa territórios da cidadania, dispostos em todas as regiões brasileiras, sendo 13 no Norte, 29 no Nordeste, 04 no Sul, 06 no Centro Oeste e 08 no Sudeste.

Dos territórios da cidadania existentes na região Sudeste, quatro estão localizados no estado de Minas Gerais, dentre eles o Território da Cidadania do Vale do Mucuri, do qual faz parte o Município de Poté. Na próxima seção são apresentadas as especificidades e características desse território.

## 2.6 O TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO VALE DO MUCURI

Este trabalho apresenta como balizador espacial para a análise da aplicação das políticas públicas de desenvolvimento rural o Município de Poté, o qual será apresentado com mais detalhes na seção posterior. Esta seção apresenta os aspectos geográficos, econômicos e sociais do Território da Cidadania do Vale do Mucuri (TCVM), região situada no estado de Minas Gerais em sua porção Nordeste.

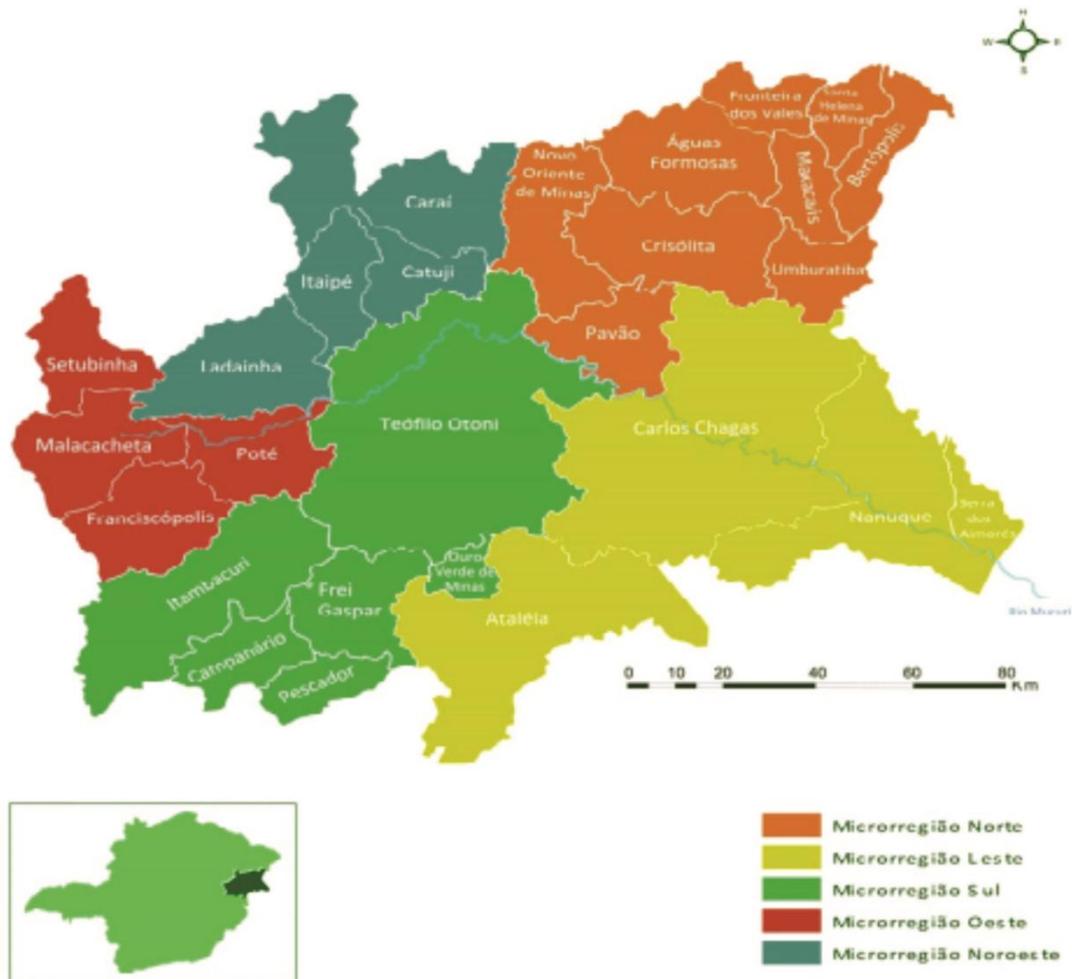
Conforme pode ser verificado na Figura 1, o TCVM é composto por 27 municípios, sendo eles: Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Caraiá, Carlos Chagas, Catujá, Crisólita, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Poté, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Setubinha, Teófilo Otoni e Umburatiba.

O TCVM conta com uma área de 23,2 mil Km<sup>2</sup> e integra as bacias dos rios Doce, São Mateus, Itanhém, Jequitinhonha, Peruípe, Itaúnas e Mucuri (GEPAF, 2010). O território faz divisa com os estados brasileiros da Bahia e Espírito Santo, encontrando-se em uma área de transição com o semiárido. O território faz parte da área atendida pela Sudene.

A configuração do Território é marcada pela população indígena, por remanescentes de comunidades tradicionais e imigrantes europeus. Ressalta-se que antes da empreitada colonizadora no Vale do Mucuri, na primeira metade do século XIX, a população era predominantemente indígena. Os principais registros destacam o povoamento da região pelos

povos indígenas Nankenuk, maxacali, aranau, jiporok, bituruna, bacuê, malai, macuni entre outras etnias (GEPAF, 2010).

**Figura 01 – Mapa do Território da Cidadania do Vale do Mucuri**



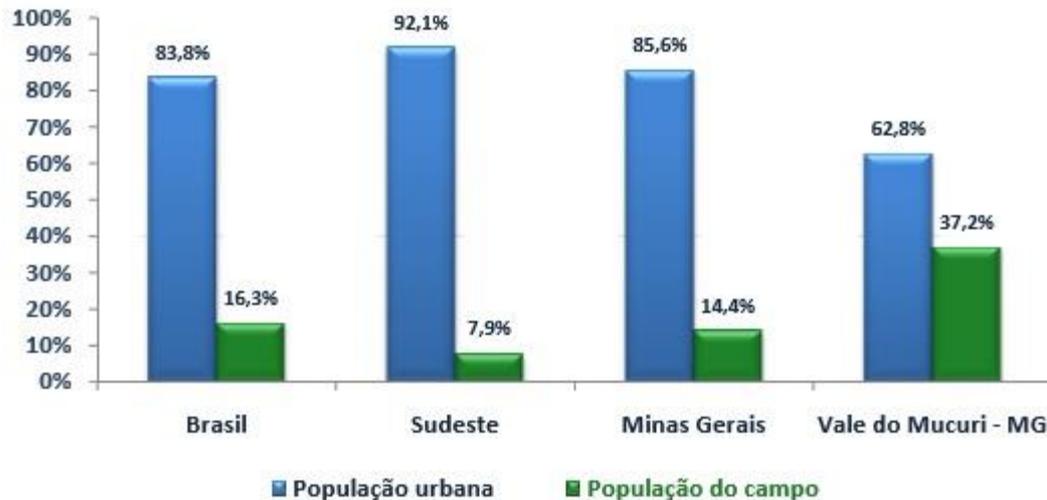
**Fonte: GEPAF (2010)**

Este território, repleto de riquezas culturais e marcado por inúmeras fragilidades sociais, apresenta os pré-requisitos básicos que justificam seu reconhecimento enquanto participante da política de desenvolvimento territorial implementada pelo governo brasileiro. Estas condições são expressas no baixo nível de renda da população, na estagnação da economia local, na composição da sua população com forte presença de comunidades tradicionais e nos baixos índices de desenvolvimento humano, características peculiares aos territórios atendidos pela SDT/MDA.

Outro requisito importante é a forte presença de agricultores familiares. Segundo Santos e Nagem (2010), o TCVM apresentava em 2008 uma população de 431.840 habitantes, tendo

62,8% residindo na área urbana e 37,2% habitando a zona rural. Ressalta-se que segundo o GEPAF (2010), a média de ocupação do espaço rural no TCVM é superior a média nacional, estadual e regional, o que pode ser visualizado no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – População rural e urbana do Vale do Mucuri-MG, Minas Gerais, Sudeste e Brasil em 2008**



**Fonte: GEPAF (2010)**

Observa-se que os municípios componentes do TCVM apresentam características econômicas e sociais bem semelhantes, salvo os municípios de Teófilo Otoni e Nanuque que, além de apresentarem maior população, apresentam uma economia mais diversificada, entretanto com realidades ainda distantes da pujança econômica de outras regiões de Minas Gerais.

A participação do TCVM na política de desenvolvimento territorial ocorreu a partir do ano de 2003, quando foi apresentado aos atores sociais representantes das organizações da sociedade civil e poder público a proposta de criação da Comissão para Implantação das Ações Territoriais (CIAT), ação que pode ser reconhecida como embrião da política territorial no estado.

Diversas organizações se fizeram representadas nas primeiras plenárias de formação do território, pois acreditava-se na possibilidade de superação das dificuldades sociais e econômicas através da participação no novo programa de desenvolvimento. Outro aspecto também importante nesta fase de construção da política foi a possibilidade de união dos atores dispersos nas cidades do vale do Mucuri em busca de objetivos comuns. No ano de 2004, o TCVM foi homologado pela SDT, de forma que a sua organização passou a ser estruturada em três instâncias: o colegiado territorial, o núcleo diretivo e o núcleo técnico. A partir desta

homologação, o território se viu habilitado para ampliar sua capacidade de captação de recursos para atendimento das demandas debatidas nas plenárias territoriais.

Diversos problemas foram relatados nas plenárias territoriais. Observou-se, entretanto, que as abordagens a priori, eram relacionadas a questões locais, vividas diretamente pelos municípios. A medida em que os trabalhos foram avançando, a lógica do desenvolvimento para além das fronteiras das cidades começou a emergir. Neste sentido, esforços foram realizados para construção de uma identidade territorial, buscando-se de forma permanente a superação do individualismo entre os atores e seus municípios.

Na perspectiva de fortalecimento do território, um importante instrumento de apoio à gestão territorial foi elaborado no ano de 2005. Este instrumento contribuiu significativamente na busca de alternativas a partir do território e não simplesmente pelos municípios. Tratava-se do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Esse trabalho foi viabilizado com recursos públicos do governo federal, tendo como entidade gestora no estado o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE).

Com uma abordagem essencialmente territorial, o PTDRS, além de diagnosticar as principais carências sociais e econômicas do território, apresentou importantes alternativas de desenvolvimento e superação de dificuldades. Como forma de atualizar as ações apresentadas no plano, bem como aprimorar e qualificar as demandas de políticas públicas territoriais, foi realizado entre os anos de 2009 e 2010 a requalificação do PTDRS.

O trabalho de requalificação do PTDRS foi desenvolvido pelo Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), juntamente com a Associação Regional Mucuri de Cooperação de Pequenos Agricultores (ARMICOPA). Portanto, a partir de 2010 o colegiado territorial passou a contar com um instrumento de suporte a gestão territorial devidamente atualizado e qualificado.

O ano de 2007 inaugurou uma nova fase na construção política do TCVM. Com o lançamento do Programa Federal Territórios da Cidadania, houve um fortalecimento da participação popular e a ampliação das expectativas de investimentos através do novo programa, haja vista que as principais bandeiras do programa eram coerentes com as principais demandas territoriais.

Apesar das perspectivas positivas abertas pelo programa, a realidade tem se mostrado um pouco diferente. Vários investimentos em infraestrutura produtiva foram realizados, sendo que, após a edificação, muitos encontram-se em desuso. Ocorre ainda que outros projetos aprovados em plenária e encaminhados ao MDA não foram contratados, desta forma, o território acaba perdendo recursos públicos imprescindíveis ao seu desenvolvimento.

Atualmente o TCVM encontra-se ativo e conta com uma participação efetiva de 20 municípios. A secretaria executiva está sob responsabilidade da Associação Aprender Produzir Juntos (APJ) e o assessoramento ao programa é feito pelo Núcleo de Extensão de Desenvolvimento Territorial (NEDET).

Percebe-se que o acúmulo e a experiência dos atores envolvidos, somado aos instrumentos de suporte elaborados e sistematizados em diagnósticos e planos de desenvolvimento apontam para possibilidades reais de fortalecimento da política de desenvolvimento territorial no Vale do Mucuri. Ressalta-se que não se faz desenvolvimento somente com instrumentos teóricos e analíticos, é necessário que os programas e projetos se concretizem na realidade.

Alguns desafios devem ser superados em busca de melhores tempos para o TCVM, dentre eles merece destaque a aplicação efetiva dos programas e projetos governamentais idealizados. Destaca-se ainda que a participação popular tem diminuído nas últimas plenárias prejudicando o desenvolvimento dos trabalhos. Neste sentido, a atuação dos mecanismos internos de organização, como as câmaras temáticas e o núcleo diretivo, ficam comprometidos.

Este trabalho reconhece o relevante papel dos municípios na execução das políticas públicas que apresentem como objetivo a diminuição das distorções e desigualdades regionais. Com o objetivo de aprofundar a problemática da aplicação das políticas públicas de desenvolvimento rural, e considerando como balizador espacial o Município de Poté, os próximos capítulos apresentarão as principais políticas públicas de desenvolvimento rural, disponíveis aos gestores públicos do município, quais foram acessadas e como se encontra a execução das mesmas.

## Capítulo III

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POTÉ – MINAS GERAIS

O Município de Poté faz parte da microrregião de Teófilo Otoni e da mesorregião do Vale do Mucuri, no Estado de Minas Gerais. Possuía, segundo os dados do censo demográfico de 2010, uma população de 15.667 habitantes, sendo que 40,4% residiam na área rural. O Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2010 foi de R\$ 82.764.000,00. O valor adicionado pelo setor de serviços no PIB representou 71,21%, pela agropecuária, 12,9% e pela indústria, 12,2%. O PIB per capita do município no mesmo ano equivalia a R\$5.282,70.

De acordo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Município de Poté está dentro da faixa dos municípios com nível de desenvolvimento humano médio. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que em 2000 que era de 0,473 considerado muito baixo, em 2010 passou para 0,62.

Quanto aos aspectos populacionais, como pode ser visualizado na Tabela 01, o município reduziu população na década de 1980, apresentando uma taxa de crescimento negativa entre os censos de 1980 e 1991 (-0,73%). Já nas décadas seguintes, o crescimento populacional foi muito pequeno, sendo de apenas 0,08% entre os censos de 1991 e 2000 e de 0,58% entre os censos de 2000 e 2010. Se comparadas com as taxas de crescimento do Estado de Minas Gerais e do Brasil, vemos que entre 1991 e 2000 a taxa de crescimento do Município de Poté foi em torno de 95,0% menor que a de Minas Gerais e do país. Já entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento populacional do município foi 36,7% menor que a de Minas Gerais e 50,4% menor que a do país. Além disso, vê-se que, mesmo tendo apresentado taxas pequenas de crescimento por duas décadas, a população recenseada em 2010 é ainda menor que a que residia no município em 1970.

O Município de Poté tem carência de indústrias e apresenta traços de estagnação econômica. Segundo dados do IBGE (2015)<sup>2</sup>, em 2013, o município tinha somente 169 empresas instaladas em seu território, nas quais trabalhavam 1.144 pessoas, sendo que 990 eram

---

<sup>2</sup> IBGE, Cadastro Central de Empresas 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

assalariadas que recebiam, em média, 1,7 salários mínimos por mês. Diante desta realidade, não existem outras formas relevantes de captação de recursos além do FPM e o ICMS.

**Tabela 01 – Poté: Evolução da população e taxas de crescimento médio anual – 1980-2010**

<b>Município</b>	<b>População 1980</b>	<b>População 1991</b>	<b>População 2000</b>	<b>População 2010</b>	<b>TCP 80-91</b>	<b>TCP 91-00</b>	<b>TCP 00-10</b>
Poté	15.915	14.676	14.780	15.667	-0,73	0,08	0,58
Minas Gerais	13.378.553	15.743.152	17.891.494	19.597.330	1,49	1,44	0,91
Brasil	119.002.706	146.825.475	169.799.170	190.732.694	1,93	1,64	1,17

**Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.**

Neste cenário, a participação em programas e projetos governamentais é fundamental para o município, sobretudo no que diz respeito à zona rural, que apresenta sinais ainda mais fortes de pobreza, com precária infraestrutura e a falta de oportunidades de trabalho no campo.

Como integrante de um dos territórios da cidadania criados pelo MDA, a cidade de Poté necessita de políticas públicas efetivas para mudança de sua realidade. Neste sentido, este trabalho busca, como ponto de partida, verificar quais eram as políticas públicas de desenvolvimento rural que estavam disponíveis ao Município de Poté-MG no período de 2009 a 2015, quais foram acessadas e implementadas pelo município e quais os motivos que impediram o acesso as demais políticas.

Neste capítulo, aborda-se a dinâmica das políticas públicas com foco nas políticas públicas federais e sua aplicação no Município de Poté. O levantamento feito junto aos órgãos governamentais, em especial, através do catálogo de programas do governo federal destinado aos municípios, confirmou um conjunto amplo de políticas públicas disponibilizadas a esse município. Observou-se, entretanto que o município acessou uma quantidade de programas e projetos bem inferior ao volume disponibilizado pelo poder executivo federal. Na próxima seção estão listadas todas as políticas públicas de desenvolvimento rural disponíveis ao município de Poté no período analisado.

### 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DISPONÍVEIS AO MUNICÍPIO DE POTÉ ENTRE OS ANOS 2009 E 2015.

Por fazer parte de um território da cidadania – O Território Vale do Mucuri –, o Município de Poté tem à sua disposição políticas públicas que outros municípios não incluídos no programa não têm acesso. As políticas públicas aqui apresentadas foram disponibilizadas pelo governo federal através dos ministérios que apresentam interface com o desenvolvimento rural.

No Quadro I estão listadas 60 (sessenta) políticas públicas que estiveram disponíveis ao município no período de 2009 a 2015.

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Desenvolver ações voltadas para a aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica, fomento à inovação no agronegócio, apoio a sistemas de rastreabilidade agroalimentar em cadeias produtivas agrícolas, apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas, apoio das cadeias produtivas pecuárias e cooperativismo e associativismo rural.	A capacidade da entidade proponente em executar o projeto apresentado.	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
Agricultura e Desenvolvimento Rural	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e da logística da produção agropecuária, o fomento da agroindústria e o acesso a informações e inovações tecnológicas, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário. Apoio a estados, DF e municípios através de construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas beneficiadoras de produtos agrícolas, aquisição de máquinas e equipamentos para resfriamento de transporte de leite, aquisição de tratores e implementos agrícolas, sendo possível apoiar também entidades privadas sem fins lucrativos em projetos com recursos de custeio que envolvam capacitação de produtores, pesquisa, recuperação de solo e microbacias.	Mediante emendas parlamentares identificadas pelo ministério, a entidade beneficiária apresenta a proposta do projeto no Portal dos Convênios para análise de formalização.	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário	Apoiar a pequena produção agropecuária, com estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores, por meio da construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte, elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, aquisição de máquinas de resfriamento e transporte de leite, aquisição de tratores e implementos agrícolas de pequeno porte, capacitação em temas agropecuários e recuperação de solo.	Capacidade de execução da entidade proponente em executar os projetos e atendimento ao Decreto nº 6.170/2007 e à Portaria Interministerial nº 127/2008.	Ministério da agricultura Pecuária e Abastecimento

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

Programa	Objetivos	Condições de adesão	Órgão Executor
Programa Agricultura Familiar – Pronaf	<p>O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Entende-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar. A Lei 11.326, de 2006, estabelece define quem é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural. Os créditos podem destinar-se a:</p> <p>a) custeio: financiamento das atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produção própria ou de agricultores familiares enquadrados no Pronaf de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento; b) investimento: financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos; c) créditos de custeio para agroindústrias familiares e para integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais. Os créditos podem ser concedidos de forma individual ou coletiva (quando formalizados com grupo de produtores, para finalidades coletivas). É necessária a apresentação de garantias para obtenção de financiamento do Pronaf. A escolha das garantias é de livre convenção entre o financiado e o financiador.</p>	<p>Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) deve ser prestada por agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e será elaborada: a) para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que habitem a mesma residência e explorem as mesmas áreas de terra; b) segundo normas estabelecidas pelo MDA.</p>	<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário</p>

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	Suprir as necessidades alimentares e nutricionais dos alunos, ao promover hábitos alimentares adequados e saudáveis, contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento físico e mental, concorrer para a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como, indiretamente, fomentar a economia local.	Declarar os alunos da rede pública no Censo Escolar (INEP), constituir o Conselho de Alimentação Escolar, apresentar a Prestação de Contas do exercício anterior, utilizar o recurso de acordo com as normas estabelecidas para a execução do Programa.	Ministério da Educação
Programa Garantia Safra	O Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF instituída pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002 e alterada pela Lei 11.775, de 17 de setembro de 2008. Tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Sudene, que compreende a região Nordeste, norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e municípios do Espírito Santo. Fundamenta-se em um arranjo institucional baseado na participação de agricultores familiares, Municípios, Estados e União. Além disso, baseia-se no controle social mediante participação de entidades da sociedade civil na homologação e reconhecimento dos beneficiários, realizado por seus representantes nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRS.	O município deve estar situado na região prevista pelo Garantia-Safra. Os agricultores e agricultoras familiares devem ter DAP (declaração de Aptidão ao Pronaf), ter renda familiar mensal de até 1,5 salário mínimo e cultivar áreas não irrigadas entre 0,6 e 10 hectares de arroz, algodão, feijão, mandioca ou milho.	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa Nacional de Inclusão de Jovens entre 15 e 17 anos - ProJovem Adolescente	Promover o desenvolvimento social e humano de jovens entre 15 e 17 anos, favorecendo sua integração sociofamiliar, sua inclusão sociocomunitária, sua participação na vida pública e contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade e risco social.	O município deve estar habilitado ao SUAS nos níveis de gestão básica ou plena; ter CRAS instalado e em funcionamento; e demanda mínima de 40 jovens, de 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do PBF.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa Acesso à Alimentação	O Programa opera as seguintes ações com municípios: apoio à implantação de bancos de alimentos e mercados públicos; apoio à instalação de restaurantes e cozinhas populares; aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar (Programa de Aquisição de Alimentos); construção de cisternas para armazenamento de água; distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos (cestas de alimentos); apoio a projeto de segurança alimentar e nutricional para povos e comunidades tradicionais; apoio a agricultura urbana, periurbana e sistemas coletivos de produção para o autoconsumo; consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local.	A decisão sobre a maior parte dos recursos descentralizados por meio do Programa decorre da participação e aprovação em processo de seleção de projetos regido por edital. Cada um dos editais, disponibilizados no site do MDS, define claramente os critérios de acesso e de priorização.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
Programa Bolsa Família – PBF	O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. A situação socioeconômica das famílias é determinada, para efeito da gestão do Programa, a partir do critério de renda. Os valores do limite de renda estabelecidos são de R\$ 140,00 per capita (pobreza) e R\$ 70,00 (extrema pobreza). O Programa opera de forma articulada entre as três esferas de governo e pressupõe o trabalho integrado entre as áreas de saúde, educação e assistência social. Os municípios recebem apoio financeiro do Governo Federal para o aprimoramento das ações de gestão (cadastramento, gestão de condicionalidades, ações complementares para famílias beneficiários, etc.).	Comprovar a existência de comitê ou controle social do PBF no município e indicar gestor do Programa no âmbito municipal, no caso da adesão. No caso da pactuação, o instrumento é utilizado para o pagamento conjunto, quando o município tem programa próprio de transferência de renda e o integra ao Programa Bolsa Família.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
Programa de aceleração do Crescimento - PAC	Universalização do acesso à energia elétrica e água tratada no campo e na cidade; ampliação da agricultura irrigada; revitalização das bacias hidrográficas; ampliação do acesso à habitação; expansão das malhas rodoviária e ferroviária e sua integração com portos, hidrovias e aeroportos; e conservação das estradas vicinais, importantes para o escoamento da produção e para a segurança do tráfego nos pequenos municípios.	Apresentar proposta de adesão aos programas. No caso do PAC 2 (equipamentos), o município com população inferior a 50.000 habitantes, além de municípios com população superior desde que, apresentem situação de emergência por estiagem ou por seca reconhecidos por decreto federal. O município deve ser selecionado pelo governo federal.	Ministério do Planejamento

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

Programa	Objetivos	Condições de adesão	Órgão Executor
Programa de Proteção Social Básica	A Proteção Social Básica, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, é destinada ao atendimento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Integram a Proteção Social Básica o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS; os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas; os serviços no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e projetos de estruturação da rede. O CRAS é a unidade pública da assistência social, de base municipal, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à prestação dos serviços socioassistenciais às famílias.	Para aderir ao Programa, os municípios devem atender aos critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Assistência Social - NOB/SUAS 2005 e aos critérios pactuados na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e deliberados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social	Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e científico e a geração de trabalho e renda. O objetivo é melhorar a qualidade de vida da população, a sustentabilidade ambiental e a produção, a construção e socialização do conhecimento em sistemas agroecológicos de produção e a ampliação do acesso à cidadania. Público-Alvo: População excluída rural e urbana; pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; povos indígenas e comunidades tradicionais; mulheres e comunidades negras; participantes do programa da juventude; pessoas com insegurança alimentar e nutricional; pequenos produtores; micro e pequenas empresas; populações de regiões deprimidas social e economicamente; população de catadores de materiais recicláveis e suas famílias; e empreendimentos.	Apresentar projeto aderente às finalidades das ações que compõem o Programa; Regularidade Fiscal. O programa possui 7 ações orçamentárias passíveis de celebração de convênios, termos de cooperação ou termos de parceria. Detalhes no <a href="http://www.mct.gov.br">www.mct.gov.br</a> e <a href="http://www.convenios.gov.br">www.convenios.gov.br</a>	Ministério da Ciência e Tecnologia
Programa Microempreendedor Individual – MEI	Em cumprimento à Lei Complementar 128/2008, prevê a criação de procedimento simplificado e eletrônico para formalização de microempreendedores individuais, através do Portal de Empreendedor ( <a href="http://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a> ).	Não há	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa Comunidades Tradicionais - Ciência e Tecnologia	Contribuir para a garantia da territorialidade das comunidades tradicionais, de maneira a possibilitar a valorização da cultura, das formas de organização social, dinamizar as atividades produtivas e o uso sustentável dos ambientes que ocupam de modo tradicional. Público-Alvo: Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais.	Apresentar projeto aderente às finalidades da ação que compõe o Programa; Regularidade Fiscal. Detalhes no Portal do MCT ( <a href="http://www.mct.gov.br">www.mct.gov.br</a> ) e no Portal dos Convênios do Governo Federal ( <a href="http://www.convenios.gov.br">www.convenios.gov.br</a> ).	Ministério da Ciência e Tecnologia
Programa de Reaplicação de Tecnologias Sociais	Reaplicar tecnologias sociais geradoras de transformação social por intermédio de articulação e apoio direto ou em parcerias, visando a contribuir para a inclusão social e promoção da cidadania no País.	Manifestação de interesse junto às dependências do Banco do Brasil, mediante apresentação de proposta, desde que consoante com a metodologia, os territórios e públicos priorizados pelo Programa e as parcerias institucionais estabelecidas pela Fundação.	Ministério da Ciência e Tecnologia
Programa Inclusão Digital – Comunicação	Promover o acesso, uso e apropriação das tecnologias digitais de informação e comunicação pela sociedade brasileira, especialmente comunidades de menor índice de desenvolvimento humano. As principais ações são voltadas à implantação e qualificação de espaços públicos com computadores conectados em banda larga à internet (telecentros); formação de agentes de inclusão digital (monitores e gestores de telecentros, coordenadores de iniciativas, servidores públicos); apoio à implantação de cidades digitais e à oferta de internet banda larga em escolas públicas e pontos de acesso livre.	Participação em editais de seleção; capacidade de manutenção dos espaços e redes implantadas; comunidades e regiões de menor IDH; integração a políticas sociais prioritárias do Governo Federal.	Ministério da Ciência e Tecnologia
Programa de Capacitação das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	Promover o aperfeiçoamento técnico e/ou gerencial de micro, pequenos e médios empreendedores, bem como de seus funcionários, e de membros dos órgãos de governo e instituições de apoio e representação do setor, como agentes de poder, servidores públicos, lideranças de associações, federações e confederações, etc.	Estar cadastrado no Siconv e apresentar proposta de trabalho.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

Programa	Objetivos	Condições de adesão	Órgão Executor
Programa Comunidade, Conhecimento, Compartilhamento e Colaboração dos Municípios Brasileiros – 4CMBr	O Programa 4CMBr tem como objetivo propiciar o uso da tecnologia da informação para melhoria dos procedimentos internos das prefeituras brasileiras, apoiar na melhoria do atendimento ao cidadão por meio do oferecimento de serviços virtuais, combater o desperdício público de recursos e tempo, gerenciar e planejar gastos. Esta é a proposta do Programa Comunidade, Conhecimento, Colaboração e Compartilhamento dos Municípios Brasileiros (4CMBr), desenvolvido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério do Planejamento, que busca estimular o uso de Tecnologia da Informação oferecendo soluções aos municípios através do Portal Software Público ( <a href="http://www.softwarepublico.gov.br">www.softwarepublico.gov.br</a> ). O 4CMBr dispõe de diversos programas para a administração pública que podem ser copiados e adaptados pelos municípios, reduzindo assim os custos de aquisição de soluções informatizadas. Encontram-se disponíveis no portal do Programa, mais de 45 soluções de apoio à administração, como software de gestão municipal, gestão escolar, protocolo eletrônico de documentos, sistema de georreferenciamento, sistema de gestão de ativos, gerenciamento de sites institucionais e sistemas para administração de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos.	O município deve ter disponibilidade financeira para adesão. Caso não tenha faz-se necessário a utilização de financiamento público para viabilizar os custos do programa.	Ministério da Ciência e Tecnologia
Rede Nacional de Turismo Rural	É uma página na internet que tem por objetivo a troca de informações e experiências e de fortalecimento das relações e parcerias entre os diversos participantes do segmento de turismo rural, sejam eles órgãos públicos (governos municipais, estaduais e federais), agricultores familiares, empreendedores do turismo rural, proprietários de hotéis fazenda, gestores públicos, operadores de viagem, pesquisadores, autônomos, representantes do terceiro setor ou, simplesmente, interessados no segmento de turismo rural.	Os municípios que já desenvolvem ou que pretendem desenvolver o turismo rural poderão se cadastrar no site <a href="http://www.comunidades.mda.gov.br">www.comunidades.mda.gov.br</a> e participar das discussões, trocas de experiências e de eventos sobre o turismo rural, além de ter acesso a publicações e pesquisas sobre o segmento. O cadastro é gratuito.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa Artesanato Brasileiro - Capacitação de Artesãos e Multiplicadores	O Programa tem por objetivo fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração do trabalho e renda e promover sua comercialização. Proporciona a qualificação dos artesãos e multiplicadores nas atividades de gestão do processo de produção e manejo da matéria-prima, de apresentação e embalagem, e de divulgação e comercialização do artesanato.	Cadastro no Portal de Convênios do Governo Federal - Siconv.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	O programa tem como finalidade desenvolver o turismo nos municípios brasileiros, dotando-os de infraestrutura para permitir a expansão das atividades turísticas, adequação dos acessos e a melhoria da qualidade do produto para o turista. Produtos: Infraestrutura urbanística, Infraestrutura em aeroporto, infraestrutura em orla marítima, fluvial ou lacustre, terminal marítimo, fluvial ou lacustre, terminal rodoviário, terminal ferroviário, centro de eventos e convenções, praça pública, parque público ecológico ou temático, centro de cultura, teatro e cinema público, museu, casa da memória, centro público de comercialização de produtos artesanais, mercados públicos, pórtico ou portal turístico, entre outros.	Estar cadastrado devidamente no Sistema de Convênios do Governo Federal – Siconv.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos	Um dos objetivos do programa é disseminar conhecimento sobre a segmentação turística para gestores turísticos, entre eles gestores municipais. O programa propõe o ordenamento e a consolidação de cada segmento, a articulação e o fortalecimento de suas instâncias representativas e a padronização de referência conceitual, que, juntamente com a estruturação da produção associada ao turismo, configuram a base para a construção de roteiros. É a base para diferentes segmentos de turismo do Programa: cultural, rural, ecoturismo, de aventura, náutico, de saúde, de pesca, de estudos e intercâmbio, de negócios e eventos, de sol e praia etc.	Critérios definidos na página do MDIC.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa de Apoio à Comercialização Nacional	Propõe um trabalho articulado com os operadores, agentes e demais prestadores de serviços turísticos, além das secretarias e órgãos oficiais de turismo dos estados e municípios, de modo a aproximar os ambientes de negócios relacionados à produção e à oferta de serviços com os ambientes de negócios relacionados à formatação de produtos e à comercialização, para incluir nessa rede os produtos turísticos mapeados pelo Macroprograma de Regionalização nas diversas regiões turísticas do País.	Estar entre os 65 destinos indutores ou 87 roteiros prioritários do Plano Nacional de Turismo( 2007 - 2010); Comprovar demanda no mercado nacional e internacional; Participar de outros projetos deste Ministério; Apresentar sazonalidade no fluxo de turistas; Ter disponibilidade e estrutura dos serviços oferecidos.	Ministério do Desenvolvimento , Indústria e Comércio Exterior
Programa Artesanato Brasileiro - Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal	O Programa tem por objetivo fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração do trabalho e renda e promover sua comercialização. Procura identificar novos espaços mercadológicos adequados à divulgação e comercialização dos produtos artesanais, mediante a participação em feiras e eventos.	Cadastro no Portal de Convênios do Governo Federal - Siconv. Nos casos de entidades com exclusividade para realização de feiras/eventos, enviar ofício ao ministro apresentando proposta de apoio financeiro.	Ministério do Desenvolvimento , Indústria e Comércio Exterior
Programa de Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	O programa é composto por 10 ações que visam assegurar a implantação e o desenvolvimento dos assentamentos agrários. Essas ações resultam no acesso aos insumos de produção (sementes, adubos, equipamentos e ferramentas de trabalho), implantação de infraestrutura básica (estradas vicinais, sistema simplificado de abastecimento de água e rede elétrica), construção de moradias para os assentados, escolarização e profissionalização dos agricultores e jovens, prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e produção de alimentos que efetivam a segurança alimentar e nutricional dos assentados e do entorno dos assentamentos. Dentre as ações do programas, destacam-se: concessão de crédito-instalação às famílias assentadas; implantação e recuperação de infraestrutura, manejo de recursos naturais em projetos de assentamento de reforma agrária; assistência técnica e extensão rural, educação do campo e fomento à agro industrialização e à comercialização - terra sol; em projetos de assentamento.	Existência de assentamento da reforma agrária.	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa Artesanato Brasileiro - Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal	O Programa tem por objetivo fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração do trabalho e renda e promover sua comercialização. O PAB apóia a instalação física consubstanciada na construção de barracões, a realização de diagnósticos dos núcleos de produção e a implantação de metodologia específica nas áreas de organização, gestão e produção, a verificação da utilização, conforme objeto de convênio, de modo a fortalecer o segmento artesanal brasileiro. No que concerne ao espaço físico dos núcleos, após celebração do instrumento contratual, técnicos do MDIC realizam monitoramento da construção e utilização dos barracões pelos núcleos produtivos. Os recursos são provenientes de emendas parlamentares.	Cadastro no Portal de Convênios do Governo Federal - Siconv.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver	O programa Conviver é um dos instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e pretende contribuir para a sustentabilidade das atividades econômicas no Semiárido, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, a partir de ações que visam à dinamização da economia da região e ao fortalecimento de sua base social, de modo a incentivar a geração de trajetórias locais de desenvolvimento. Para tanto, dispõe das seguintes ações programáticas: Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais; Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos; Apoio à Implantação de Infraestrutura Social e Produtiva; Organização Social e do Associativismo no Semiárido; e Formação de Agentes para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável	O município ou Estado deve estar na área de atuação do programa (semiárido), conforme o Decreto 6.047 de 22 de fevereiro de 2007 e a Portaria nº 89 de 16 de março de 2005.	Ministério da Integração Nacional
Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR	Apoiar a ampliação e qualificação dos telecentros - espaços públicos e comunitários de acesso e uso das tecnologias digitais de informação e comunicação pela população, em especial os segmentos excluídos.	Participação em edital de seleção como entidade proponente ou beneficiária (vinculada a proponente).	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa Feira do Peixe	O projeto consiste na distribuição de kits-feira, disponibilizados em dois padrões - para o peixe fresco ou para o peixe vivo - dando ao aqüicultor ou pescador a oportunidade de comercializar seus produtos diretamente em feiras livres de sua cidade, garantindo preços mais justos ao produtor, que terá um acréscimo em sua renda, e ao consumidor, que terá acesso a um produto mais barato. Essa redução da intermediação vai ampliar a oferta e melhorar a qualidade do produto oferecido, que sai direto do barco ou do tanque para a feira.	Participação nos Editais, juntando documentos, como DAP; prioridade para municípios em territórios de cidadania e de aqüicultura e pesca; relação com diretrizes do MPA estabelecidas no Projeto Político, Conferências Nacionais, Encontro das Trabalhadoras, e Plano "Mais Pesca e Aqüicultura".	Ministério da Pesca e Aqüicultura
Projeto Computadores para Inclusão - Projeto CI	Oferta gratuita de computadores e periféricos reconicionados, em plenas condições operacionais e em configurações adequadas, a telecentros comunitários, escolas públicas, bibliotecas e outros projetos de inclusão digital. É vedada a solicitação para uso administrativo.	Preenchimento de formulário. Todo município é elegível, desde que os projetos de uso dos equipamentos sigam as diretrizes consignadas pelo Comitê Técnico de Inclusão Digital (disponíveis no site do Projeto CI).	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Programa Arca das Letras - Bibliotecas Rurais	Incentivar a leitura e facilitar o acesso aos livros em assentamentos, comunidades de agricultura familiar, de remanescentes de quilombos, indígenas e ribeirinhas. Prevista a participação das comunidades no planejamento das bibliotecas. Os moradores indicam o local de instalação da biblioteca, os assuntos de seu interesse para formação do acervo e os Agentes de Leitura, voluntários responsáveis pelos empréstimos dos livros e pelas atividades gerais da biblioteca em sua comunidade.	Ter comunidades rurais.	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres	Fortalecer a organização produtiva, promover a agroecologia, a economia feminista e solidária e a produção de base ecológica, ampliando o acesso às políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos e o apoio à articulação dos (as) atores e atrizes envolvidos nessa política em rede.	Apresentação de proposta às chamadas públicas do programa que são publicadas anualmente no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).	Ministério do Desenvolvimento Agrário

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

Programa	Objetivos	Condições de adesão	Órgão Executor
Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMES	Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais. Ações: apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado; formação de agentes para o desenvolvimento integrado e sustentável; organização social e do associativismo; capacitação de agentes para a competitividade; apoio à implantação de infraestrutura social e produtiva complementar; estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais; e apoio à geração de empreendimentos produtivos.	Áreas priorizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), institucionalizada pelo Decreto 6.047, de 22 de fevereiro de 2007 e regulamentada pelo Portaria Ministerial 566 de 15 de março de 2007.	Ministério da Integração Nacional
Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF	Programa de acesso à terra, por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais e investimentos de infraestrutura básica, produtiva e comunitária. O Programa conta com duas linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural - para regiões e trabalhadores mais pobres, sendo que os recursos de investimentos comunitários não são reembolsáveis; Consolidação da Agricultura Familiar – voltada para agricultores familiares sem terra ou que desejam ampliar sua propriedade, jovens filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas e Escolas Família Agrícola.	Por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, que são a primeira instância de análise das propostas de financiamento.	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS	DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável é uma estratégia comercial do Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio a atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural.	Participar do processo de concertação. A metodologia prevê a capacitação de funcionários do BB e de parceiros e a elaboração de diagnóstico da cadeia de valor das atividades produtivas (pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades) para a elaboração e implementação de Plano de Negócios DRS.	Banco do Brasil S.A

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais	Implementar políticas públicas que fortaleçam as organizações produtivas de trabalhadoras rurais de forma integrada, no contexto do desenvolvimento rural sustentável, garantindo o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover sua autonomia econômica e incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista. Busca articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos locais, em benefício do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais com igualdade entre homens e mulheres.	Apresentação de proposta às chamadas públicas do Programa que são publicadas anualmente no site do MDA.	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca	Apoiar e implantar infraestrutura aquícola e pesqueira; apoiar adequação de acessos aquaviários; implantar terminal pesqueiro; subvencionar e gerenciar preço do óleo diesel de embarcações pesqueiras; equalizar taxa de juros em financiamento ao programa da ampliação e modernização da frota pesqueira nacional; apoiar funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva pesqueira; fomentar implantação de dispositivos de exclusão de arrasto; apoiar renovação da frota artesanal; apoiar projetos demonstrativos na atividade da pesca. Constituem público-alvo do Programa as associações e cooperativas de pesca, pescadores industriais, artesanais e amadores.	Projetos que contribuam com o alcance das metas do PPA; prioridade para municípios com baixo IDH e em territórios de cidadania e de aquicultura e pesca; relação com diretrizes do MPA estabelecidas no Projeto Político, nas Conferências Nacionais, no Encontro das Trabalhadoras e no Plano "Mais Pesca e Aquicultura".	Ministério da Pesca e Aquicultura
Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Saberes da Terra - ProJovem no Campo	Promover a oferta de escolarização em nível fundamental, na modalidade educação de jovens e adultos integrada à qualificação social e profissional, para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos, garantindo-lhes a elevação da escolaridade e resgatando para a escola essa clientela excluída, involuntariamente, da educação básica. Proporcionar, aos profissionais, oportunidades de formação continuada com conteúdos inovadores.	Termo de adesão (estados); projeto selecionado em edital (IFES e IES).	Ministério da Educação

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	Implantar unidades demonstrativas de aquicultura; fomentar unidades produtoras de formas jovens de organismos aquáticos; apoiar unidades integrantes da cadeia produtiva aquícola; desenvolver tecnologias de processamento de pescado e implantar unidades para seu beneficiamento; apoiar a implementação da aquicultura em águas públicas, como pelo incentivo à criação de peixes em tanques-rede em rios e reservatórios; aproveitar canais de irrigação para piscicultura; implantar estações de piscicultura; apoiar controle da qualidade na garantia de conformidade, segurança e inocuidade de produtos da aquicultura; manter estações e centros de pesquisa em aquicultura; desenvolver maricultura.	Projetos que contribuam com o alcance das metas do PPA; prioridade para municípios com baixo IDH e em territórios de cidadania e de aquicultura e pesca; relação com diretrizes do MPA estabelecidas no Projeto Político, nas Conferências Nacionais, no Encontro das Trabalhadoras, e no Plano "Mais Pesca e Aquicultura".	Ministério da Pesca e Aquicultura
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local	Disponibilizar áreas da União em apoio às ações locais ou regionais de desenvolvimento.	Projeto de uso e desenvolvimento de determinada área da União, com impacto na geração de emprego e renda.	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Programa de Regularização e Destinação de Imóveis da Extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA	Apoiar ações regionais e locais nas áreas de desenvolvimento social, cultural, urbano e ambiental por meio da destinação e regularização de imóveis da União oriundos da extinta RFFSA, mediante: (i) cessão provisória para programas de habitação de interesse social, de reabilitação de áreas urbanas, sistemas de circulação e transporte e implantação de órgãos públicos; (ii) venda direta para Estados, Municípios e entidades da administração pública, bem como para empresas públicas ou privadas inseridas em operações urbanas consorciadas; (iii) convalidação de desapropriações com renúncia das dívidas para imóveis destinados à execução de políticas públicas sociais ou sem fins lucrativos; (iv) renegociação de dívidas decorrentes de contratos firmados com a extinta RFFS.	Possuir projeto ou comprovar utilização de imóvel não operacional oriundo da extinta RFFSA exigidos para cada instrumento de regularização ou destinação.	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social em Áreas da União	Regularização fundiária de interesse social em áreas da União ocupadas por população de baixa renda, em apoio aos projetos de inclusão social e territorial prioritários do Governo Federal, entre os quais o programa de urbanização, regularização e integração de assentamentos precários do Ministério das Cidades, à política nacional de reforma agrária, ao reconhecimento de direitos de comunidades tradicionais. Geralmente as ações são realizadas por meio de parcerias institucionais, com participação das comunidades envolvidas, em áreas que carecem de infraestrutura e passarão por processo regularização fundiária, urbanística e ambiental.	Existência de áreas da União no território sob sua jurisdição, ocupadas irregularmente por população de baixa renda e possibilidade de recebimento de investimentos para realização de projetos de urbanização e regularização fundiária, bem como para realização de obras de infraestrutura.	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Programa Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica	Ações de mobilização para o registro civil de nascimento: apoio técnico-financeiro para a realização de mutirões intensivos, serviços de registro civil itinerantes, buscas ativas de pessoas não registradas, capacitações de gestores e agentes públicos e de lideranças, ampliação da rede emissora de RCN, apoio a campanhas com fornecimento de cartazes, folder, cartilhas, spot para rádio e outros. Público prioritário: Povos indígenas; populações tradicionais: quilombolas, ciganos, ribeirinhos etc; trabalhadores e trabalhadoras rurais de baixa renda que vivem distantes dos cartórios; população em situação de rua; catadores de materiais recicláveis; internos em instituições de saúde mental e de idosos; crianças abrigadas.	Aderir ao Compromisso Nacional Decreto 6289/2007, assinando o Termo de Adesão. Instalar o Comitê Gestor Municipal, planejar ações locais para erradicar o subregistro civil de nascimento e documentação básica até 2011 (Plano Municipal) e realizar anualmente a semana nacional de mobilização para o registro civil.	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Programa Brasil Alfabetizado	Contribuir para a universalização do ensino fundamental, por meio do apoio a ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, que lhes propiciem condições de continuarem os estudos, com bom aproveitamento escolar, nos cursos de Educação de Jovens e Adultos das redes públicas de ensino. Proporcionar aos alfabetizadores voluntários oportunidades de formação continuada, garantindo-lhes auxílio financeiro na forma de bolsa.	Apresentação de Planos Plurianuais de Alfabetização e cadastramento de alfabetizandos e alfabetizadores por parte dos estados e municípios para receber recursos diretamente do MEC.	Ministério da Educação

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

Programa	Objetivos	Condições de adesão	Órgão Executor
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	O Programa ocorre por meio de mutirões itinerantes nas proximidades de moradia das trabalhadoras rurais, onde são emitidos gratuitamente documentos civis e trabalhistas, com repasse de informações sobre a importância, uso e conservação dos documentos, bem como sobre as principais políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e reforma agrária. Mais recentemente, incorporou aos mutirões itinerantes a prestação de serviços previdenciários e emissão de outros documentos, como DAP e bloco de notas da produtora rural. O Programa tem sua gestão constituída através de um Comitê Gestor Nacional e Comitês Gestores Estaduais, com participação de diversos órgãos governamentais e representantes da sociedade civil. É desenvolvido prioritariamente para atendimento às mulheres rurais, assentadas da reforma agrária, pescadoras artesanais, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, público que encontra mais dificuldades no acesso à documentação.	Apresentação de demanda de mutirão para a Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário ou Superintendência do INCRA.	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Programa Caminho da Escola	O programa Caminho da Escola foi criado em 2007 com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. O programa também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições.	Para aderir ao Programa, é necessário que a entidade possua alunos da Educação Básica residentes em zona rural.	Ministério da Educação
Programa Minha Casa, Minha Vida - Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR	Subsidiar a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais para trabalhadores e agricultores rurais.	Termo de adesão. O subsídio é destinado diretamente à família beneficiada por meio de operações de repasse de recursos do OGU ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	Ministério das Cidades

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa de Apoio à Provisão de Habitação de Interesse Social em Áreas da União	Destinação de imóveis da União em apoio à política nacional de habitação de interesse social do Ministério das Cidades, com ênfase nos programas Minha Casa Minha Vida e Produção Social da Moradia/FNHIS. Articulando recursos – terra – projeto – ente/entidade promotor. Esta ação visa a apoiar o município no combate ao déficit habitacional, promovendo a inclusão social e sustentabilidade ambiental, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e territoriais.	A existência de imóveis da União em áreas dotadas de infraestrutura, com vocação habitacional e possibilidade de recepção de investimentos para realização de projeto e obra de HIS.	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
Programa de Elaboração de Projetos para Urbanização de Assentamentos Precários	Apoiar estados, Distrito Federal e municípios na elaboração de projetos técnicos de arquitetura e urbanismo, de engenharia, recuperação ambiental, trabalho social e regularização fundiária necessários para execução de empreendimentos que configurem a urbanização de assentamentos precários.	O programa pode ser acessado por emenda parlamentar ou por seleção pública. Para o processo de seleção pública, os Estados, Distrito Federal e Municípios devem integrar o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e, posteriormente, encaminhar proposta em meio eletrônico em período definido pelo Ministério das Cidades.	Ministério das Cidades
Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	Apoiar Estados, Distrito Federal e municípios na execução de intervenções necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de populações localizadas em área inadequada à moradia e em situações de risco, visando à permanência ou realocação por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento ambiental e inclusão social.	O programa pode ser acessado por emenda parlamentar ou por seleção pública. Para o processo de seleção pública, os Estados, Distrito Federal e Municípios devem encaminhar proposta em meio eletrônico em período definido pelo Ministério das Cidades.	Ministério das Cidades
Programa de Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	Melhorar as condições físicas e sanitárias das habitações, tornando-as refratárias à colonização de triatomíneos e contribuindo para controle da doença de Chagas.	Critérios epidemiológicos definidos pela Secretaria de Vigilância Sanitária.	Fundação Nacional de Saúde

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa Comunidades Tradicionais – Gestão Ambiental	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Especificamente, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social. Público-alvo: Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais.	Critérios no portal de convênios do Governo Federal.	Ministério do Meio Ambiente
Programa de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais	Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.	Populações rurais dispersas ou localidades rurais com população de até 2.500 habitantes, áreas de assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas.	Ministério da Saúde – FNS
Programa Infraestrutura Hídrica	Compreendem, fundamentalmente, elaboração de estudos e a implantação de projetos estruturantes que visem a aumentar a oferta de água para consumo humano e produção, capazes de garantir a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região. A execução do Programa se dá por meio da construção de obras complementares e da recuperação de obras existentes, da construção de novas barragens para regularização e armazenamento de água e das adutoras e estruturas auxiliares necessárias para garantir o acesso à água para abastecimento e produção. O público-alvo são as populações de regiões com baixa disponibilidade hídrica, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário.	Para enquadramento ao Programa deverão ser observadas as diretrizes constantes no Manual para Apresentação de Propostas do Programa 0515 da Secretaria de Infraestrutura Hídrica.	Ministério da Integração Nacional

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas, visando à prevenção e controle de doenças e agravos, incluindo a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, entre outras consideradas coletivas de pequeno porte, como banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc., e eventualmente a implantação de oficina municipal de saneamento.	Municípios com população total (urbana e rural) de até 50.000 habitantes, sendo a eleição e priorização desses municípios realizadas com base em critérios sanitários, epidemiológicos, sociais e ambientais, conforme definidos em portaria específica, respeitando os limites orçamentários previstos na LOA/OGU.	Ministério da Saúde - FNS
Programa Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	Promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica em saúde; apoio à estruturação dos serviços de assistência farmacêutica na rede pública; apoio para aquisição e distribuição de medicamentos excepcionais; apoio à implantação, manutenção e funcionamento das farmácias populares.	Todo município gestor de Sistema Único de Saúde recebe recursos para assistência farmacêutica básica.	Ministério da Saúde
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Integrado	O Projovem é destinado a jovens de 15 a 29 anos e tem por objetivo promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano. O Projovem é executado em quatro modalidades: Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente. A gestão e a execução se dá por meio da conjugação de esforços entre a Secretária-Geral da Presidência da República e os ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observada a intersectorialidade e sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades da administração pública federal.	Estabelecidas pelo Decreto nº 6.629/08.	Secretaria Geral da Presidência da República

Fonte: Elaboração própria

(continua)

**Quadro 01 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural disponíveis ao Município de Poté entre os anos 2009 e 2015.**

<b>Programa</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Condições de adesão</b>	<b>Órgão Executor</b>
Programa de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	Dotar domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.	A eleição, priorização e definição de recursos dos municípios serão realizadas pela FUNASA com base principalmente em critérios sanitários, epidemiológicos, sociais e ambientais, conforme definidos em portaria específica, respeitando os limites orçamentários previstos na Lei Orçamentária Anual.	Ministério da Saúde – FNS
Programa Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte	Apoiar projetos de construção de Barracão Industrial, para a instalação física e o desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos organizados em APLs e/ou para a disponibilização, a esses empreendedores locais, de um centro de serviços voltados às atividades produtivas características da região, com vistas à geração de emprego, à redução das desigualdades regionais e ao desenvolvimento local.	Proposta cadastrada no Siconv, com viabilidade de execução dentro dos critérios da ação expostos no portal.	Ministério do desenvolvimento, Indústria e comércio Exterior
Programa de Intervenções Viárias – ProVias	Contratação de operações de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais destinados a intervenções em vias públicas, rodovias e estradas.	Somente para aquisição de máquinas e equipamentos novos produzidos no País e constantes do Credenciamento de Fornecedores Informatizado - CFI do BNDES.	BNDES

**Fonte: Elaboração própria**

Conforme detalhamento apresentado na Tabela 02, 16 (dezesseis) instituições governamentais apresentavam, no período analisado (2009-2015), políticas públicas com interface no desenvolvimento Rural passíveis de serem implementadas no Município de Poté.

**Tabela 02 – Ministérios e Instituições Proponentes de políticas Públicas disponíveis ao Município de Poté – MG**

<b>Instituições proponentes</b>	<b>Quantidade</b>
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	03
Ministério do Desenvolvimento Agrário	08
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	07
Ministério da Educação e Cultura	04
Ministério da Integração Nacional	03
Ministério do Meio Ambiente	01
Ministério da Ciência e Tecnologia	05
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	04
Ministério da Indústria, Comércio Exterior	08
Ministério do Turismo	02
Ministério da Pesca e Aquicultura	03
Ministério da Saúde	05
Ministério das Cidades	03
Banco do Brasil	01
Secretaria Nacional de Direitos Humanos	01
Secretaria Geral da Presidência da República	01
Banco Nacional de Desenvolvimento	01
<b>Total</b>	<b>60</b>

**Fonte: Elaboração própria**

Observa-se que os programas e projetos para o segmento rural, não são ofertados somente pelos órgãos diretamente ligados ao campo, como o MAPA e o MDA. O caso do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MDIC, confirma esta posição, haja vista que a atuação deste ministério em termos de quantidade de projetos disponíveis se iguala ao MDA.

Outra observação importante, diz respeito ao fato do MDIC não disponibilizar nenhuma estrutura física de atendimento no território. Neste sentido torna-se curioso o fato dos ministérios com maior capilaridade no território como é o caso do MAPA, que apresenta uma Unidade Técnica Regional de Agricultura (UTRA) na cidade de Teófilo Otoni, e o MDA, que detém convênios com instituições que atuam no território, não apresentarem uma oferta superior de programas e projetos de desenvolvimento rural.

A sessão a seguir apresentará as políticas públicas do governo federal acessadas pelo município, entre os anos de 2009 a 2015. Detalhando os objetos contratados, montante financeiro disponibilizado e órgãos executores.

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS ACESSADAS PELO MUNICÍPIO DE POTÉ ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2015

Outra abordagem deste capítulo diz respeito ao levantamento dos programas e projetos acessados e aplicados no município durante o período que compreende os anos de 2009 a 2015. Buscou-se verificar quais foram as políticas públicas de desenvolvimento rural implantadas pelo poder executivo municipal.

A seguir são listadas todas as políticas públicas que foram acessadas pelo município. No próximo capítulo serão discutidos os motivos que impediram o município de acessar outras políticas públicas e os recursos disponibilizados pelo Governo Federal através dessas.

As informações foram levantadas através dos instrumentos de controle como o Portal da Transparência<sup>3</sup> e também foram fornecidas pelos gestores de políticas públicas integrantes do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Poté. Abaixo a listagem dos programas e projetos com o detalhamento do valor dos investimentos realizados e o estágio em que se encontra a execução.

**1) Programa:** Não informado

**Objetivo:** Reforma de campo de futebol e cobertura de quadra de esportes.

**Investimento:** R\$300.000,00

**Órgão executor:** Ministério do Esporte

**Estágio:** Concluído (Abril/2009)

**2) Programa:** Não informado

**Objetivo:** Festa do Povo Alegria de Todos

**Investimento:** R\$100.000,00

**Órgão executor:** Ministério do Turismo

**Estágio:** Concluído (Março-2010)

---

<sup>3</sup> Disponível em

<<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/consultam.asp?fcod=5047&fuf=mg&forgao=00&fconsulta=0>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

- 3) **Programa:** Não informado  
**Objetivo:** Pavimentação de vias públicas  
**Investimento:** R\$98.200,00  
**Órgão executor:** Ministério das Cidades  
**Estágio:** Em andamento. Último repasse no valor de R\$43.208,00 (Abril-2010)
  
- 4) **Programa:** Programa Caminho da Escola  
**Objetivo:** Aquisição de veículo automotor, para transporte escolar.  
**Investimento:** R\$1.055.340,00  
**Órgão executor:** Ministério da Educação  
**Estágio:** Concluído (Fevereiro-2011)
  
- 5) **Programa:** Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil  
**Objetivo:** Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar as escolas de educação infantil do programa nacional de reestruturação e aparelhagem da rede escolar pública de educação infantil.  
**Investimento:** R\$100.229,19  
**Órgão executor:** Ministério da Educação  
**Estágio:** Em andamento. Último repasse no valor de R\$52.136,31 (Fevereiro-2011)
  
- 6) **Programa:** Não Informado  
**Objetivo:** Patrulha agrícola  
**Investimento:** R\$468.000,00  
**Órgão executor:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
**Estágio:** Concluído (Outubro-2010)
  
- 7) **Programa:** Não informado  
**Objetivo:** Pavimentação Asfáltica  
**Investimento:** R\$390.000,00  
**Órgão executor:** Ministério do Turismo

- Estágio:** Em andamento. Último repasse no valor de R\$52.182,00 (Agosto-2013)
- 8) **Programa:** Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil
- Objetivo:** Conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que visam proporcionar a sociedade a melhoria da infraestrutura da rede física escolar, com a construção de escola(s) conforme estabelece o programa nacional de reestruturação e aparelhagem da rede escolar pública de educação infantil.
- Investimento:** R\$950.708,00
- Órgão executor:** Ministério da Educação
- Estágio:** Em andamento. Último repasse no valor de R\$250.708,00 (Abril 2012)
- 9) **Programa:** Não informado – Emenda parlamentar
- Objetivo:** Transporte escolar e uniformes escolares, com utilização de recursos provenientes de emenda parlamentar.
- Investimento:** R\$229.500,00
- Órgão executor:** Ministério da Educação
- Estágio:** Em Andamento. Último repasse no valor de R\$94.500,00 (Maio-2012)
- 10) **Programa:** Não informado
- Objetivo:** Sistema de esgotamento sanitário.
- Investimento:** R\$500.000,00
- Órgão executor:** Ministério da Saúde
- Estágio:** Em andamento. Último repasse no valor de R\$298.889,95 (Fevereiro/2014)
- 11) **Programa:** Bolsa família
- Objetivo:** Transferência direta de renda com condicionalidades a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.
- Investimento:** R\$19.012.178,00 Repasse realizado de janeiro 2009 a julho 2015.
- Órgão executor:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
- Estágio:** Em andamento

**12) Programa:** Não informado

**Objetivo:** Pavimentação com bloquete e recapeamento nas ruas do município

**Investimento:** R\$394.200,00

**Órgão executor:** Ministério das Cidades

**Estágio:** Em andamento, nenhum repasse financeiro realizado.

**13) Programa:** Programa de Aceleração do Crescimento

**Objetivo:** Implantação de melhorias de sistema público de esgotamento sanitário

**Investimento:** R\$ 14.167.374,26

**Órgão executor:** Ministério da Saúde

**Estágio:** Em andamento, último repasse realizado R\$2.125.106,14 em 06/2015.

**14) Programa:** Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2 – Equipamentos)

**Objetivo:** Aquisição de equipamentos para melhoria de infraestrutura rural e mitigação dos efeitos da seca

**Investimento:** R\$ 844.643,92

**Órgão executor:** Ministério do Desenvolvimento Agrário

**Estágio:** Concluído, doação direta de 01 patrol, 01 retro escavadeira e 01 Caminhão basculante.

Como pode ser visualizado na Tabela 03, o Município de Poté acessou um conjunto relevante de recursos entre os anos de 2009 e 2015. Os 13 (treze) programas executados diretamente pelo município foram disponibilizados por 08 ministérios, perfazendo um investimento na ordem de R\$ 38.512.173,38.

Deve-se ressaltar que outros recursos foram investidos no município. Entretanto, os recursos que estão destacados neste trabalho dizem respeito aos valores facultados ao município mediante a adesão aos programas e projetos aqui informados.

Ressalta-se que, diante das necessidades do município esses recursos ainda são incipientes, sendo que seu atendimento é restrito aos objetos estabelecidos nos convênios. Outros repasses provenientes da arrecadação de impostos entre os entes federados são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, cabendo ao mesmo efetuar as transferências nos prazos legalmente estabelecidos.

Tabela 03 – Poté: Síntese dos recursos públicos federais acessados entre 2009 e 2015

Órgão Executor	Quantidade de projetos disponibilizados	Total do investimento contratado até julho/2015
Ministério do Esporte	01	R\$ 300.000,00
Ministério do Turismo	02	R\$ 490.000,00
Ministério da Educação	04	R\$ 2335777,20
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	01	R\$ 468.000,00
Ministério da Saúde	02	R\$ 14.667.374,26
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	01	R\$ 19.012.178,00
Ministério das Cidades	01	R\$ 394.200,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	01	R\$ 844.643,92
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>R\$ 38.512.173,38</b>

Fonte: Elaboração própria

Observa-se, a partir informações contidas neste capítulo, que programas importantes foram aplicados pelo município. Entretanto, diversos outros programas e projetos com grande alcance social e econômico não foram acessados, mostrando que há um grande distanciamento entre a oferta de políticas públicas e a implantação dessas no município.

No próximo capítulo serão discutidos os motivos que não permitiram o acesso às políticas públicas governamentais disponibilizadas, bem como, apresentados um conjunto de informações relacionadas às especificidades dos programas, abordando inclusive aspectos relacionados ao nível de conhecimento dos gestores quanto aos editais públicos e as capacidades técnicas e humanas necessárias à captação dos recursos.

## Capítulo IV

### 4 ENTRE A AÇÃO E O OBJETO: ENTRAVES E ALTERNATIVAS NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Entre a elaboração de uma política pública em um ministério ou secretaria e sua implementação em um dado território, existem um conjunto de obstáculos intervenientes. Estes obstáculos são perceptíveis quando se observa os programas e projetos contidos no Plano Plurianual de Ações Governamentais (PPAG) e os programas e projetos que realmente são implementados nos municípios.

Ao focar o seu olhar no Município de Poté, no Território do Vale do Mucuri, neste trabalho buscou-se levantar o conhecimento dos gestores públicos municipais quanto à disponibilidade de programas e projetos do Governo Federal acessíveis ao município.

Após um minucioso levantamento realizado junto aos mecanismos de informações do governo federal, em especial o catálogo de programas do governo federal destinado aos municípios<sup>4</sup>, foram apresentadas aos gestores as políticas públicas da União disponíveis ao Município de Poté. As reuniões realizadas, fundamentais para este estudo, apontaram para resultados extremamente significativos.

Do conjunto de programas e projetos apresentados, a equipe de gestores do município, na oportunidade representada pelo prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, diretora e assessor de convênios, não demonstraram conhecimento de sua totalidade. Quanto aos programas conhecidos, além de emitirem pareceres técnicos, os membros do Executivo Municipal teceram importantes observações quanto ao histórico e viabilidade dos mesmos. A seguir listam-se todos os programas que os gestores afirmaram conhecer e a opinião dos mesmos em relação a esses programas.

---

<sup>4</sup> Este catálogo é um instrumento criado pelo governo brasileiro para auxiliar os municípios para melhorar a gestão pública. Foi desenvolvido no âmbito do grupo de trabalho interministerial instituído pelo Presidente da República em 15 de abril de 2008.

## 4.1 PROGRAMAS CONHECIDOS PELOS GESTORES DO MUNICÍPIO

### 4.1.1 Agricultura e Desenvolvimento Rural – MAPA

Segundo os gestores este programa é conhecido, entretanto, até o presente momento não houve elaboração de propostas de captação dos recursos disponíveis. Se implementado, este programa poderia viabilizar ações de inovação do agronegócio local, bem como, entre outras ações importantes, poderia possibilitar outros arranjos produtivos agrícolas e pecuários.

Ações de fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural também poderiam ser priorizadas. Neste sentido, o conhecimento do programa dissociado da elaboração de projetos limitam os investimentos públicos no setor agropecuário da cidade.

### 4.1.2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – MDA

Conhecido pelos gestores, o Pronaf<sup>5</sup> é implementado no município por meio da EMATER, contratada pela administração municipal por meio de convênio. Empresas privadas de assistência técnica e instituições financeiras também atuam na implementação do programa.

No município, o Pronaf se apresenta como uma das iniciativas governamentais de maior impacto financeiro, sendo uma realidade importante para o desenvolvimento regional realizado também em outros municípios pertencentes ao território. Conforme relata Silva e Nagem (2010), a cada novo ano agrícola, novas medidas são desenvolvidas no intuito de reduzir a burocracia e facilitar o acesso dos agricultores aos créditos do Pronaf, sobretudo aqueles do grupo B, que geralmente possuem baixos índices de escolaridade formal, maior dificuldade para a comprovação da posse de sua propriedade agrícola e, até, mesmo, falta de documentação pessoal.

---

<sup>5</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem como objetivo estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Segundo a Emater, até o mês de julho de 2015 foram elaborados entre Pronaf e Pronamp<sup>6</sup>, 345 projetos produtivos, sendo a maioria Pronaf. Entre 2009 e 2014 foram beneficiados 2.000 agricultores, perfazendo um total de empréstimos de aproximadamente R\$2.000.000,00. Atualmente diversos convênios encontram-se em vigência contemplando agricultores familiares em diversas comunidades do município.

Observa-se que os projetos elaborados pela Emater ou outras empresas privadas de assistência técnica, não necessariamente são atendidos pelas instituições financeiras. A análise de crédito para posterior liberação dos recursos é feita pelos bancos que atuam com crédito rural no município, sendo esses o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil e, recentemente, a Caixa Econômica Federal.

Outro aspecto relevante ao crédito rural diz respeito às resoluções do Banco Central relacionadas aos descontos em financiamentos contratados. Quando o município sofre calamidades por excesso de chuvas ou estiagem prolongadas, as instituições financeiras devem aplicar os descontos normatizados, ou seja, devem perdoar as dívidas ou reduzir os valores das parcelas estabelecidos em forma de contrato. Ocorre que nem sempre os trâmites burocráticos são cumpridos e, desta forma, os agricultores familiares do município ficam prejudicados.

Por fim, destaca-se a existência de uma vantagem real na redução dos juros praticados pelas instituições financeiras em Poté, em comparação a outros municípios de Minas Gerais. Tal fato se explica pela lei complementar número 125 de 03 de janeiro de 2007 que garantiu a inclusão do Vale do Mucuri na área da Sudene<sup>7</sup>.

#### **4.1.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**

Este programa é conhecido pelos gestores e encontra-se em execução no município. O PNAE viabiliza a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e foi

---

<sup>6</sup> Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural. Têm como objetivo promover o desenvolvimento das atividades dos médios produtores rurais proporcionando o aumento da renda e a geração de empregos no campo.

<sup>7</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Têm por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

regulamentado pela lei nº11.947/2009, estabelecendo que no mínimo 30% dos alimentos consumidos na educação pública devem ser oriundos da agricultura familiar, chegando inclusive, caso haja oferta, a extrapolar este percentual.

Segundo a equipe de gestores, o município tem se empenhado na implantação do programa, entretanto, problemas como o atraso no processo licitatório e a falta de interesse dos agricultores familiares em atender a secretaria municipal de educação tem dificultado o alcance da meta mínima estabelecida pelo programa.

Atualmente o programa atende cerca de 20% do total de compras destinadas às escolas municipais. Observa-se que as dificuldades relatadas diminuem a capacidade de investimento na agricultura familiar do município, haja vista que a compra não realizada junto aos agricultores passa a ser realizada junto a atravessadores que na maioria das vezes não estão estabelecidos no município.

Ressalta-se que as escolas públicas da rede estadual também operam o PNAE. Destaca-se que as dificuldades apresentadas pelo executivo municipal são maiores, haja vista que a negociação no caso da rede estadual é feita diretamente entre os agricultores e os responsáveis pelo caixa escolar das escolas atendidas, o que facilita o processo de contratação e pagamento das compras realizadas.

#### **4.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

Este programa não encontra-se em vigência no município. Contudo, a modalidade conhecida como PAA–Leite, realizada no estado através do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (IDENE), foi implementada no Município de Malacacheta e, pela proximidade geográfica, atende agricultores do Município de Poté.

Observa-se que o PAA realizado no estado de Minas Gerais por meio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, configura-se como uma das políticas públicas mais importantes no fomento à produção de alimentos. Com relevância também positiva no que diz respeito à comercialização, este programa garante a compra de parte da produção dos agricultores familiares atendidos. A não adesão do município ao programa limita importantes investimentos na agricultura familiar.

#### **4.1.5 Programa Garantia Safra**

O garantia Safra é uma realidade no município. Ao conhecerem o projeto, os gestores municipais optaram por aderirem ao mesmo. O programa é coordenado pela Emater, atendendo atualmente 150 agricultores familiares distribuídos em várias comunidades do município.

O território do Vale do Mucuri se localiza em uma área de transição com o semi-árido, o que leva a necessidade de implantação de um programa desta natureza. Ocorre que poucos municípios da região fizeram adesão ao programa, o que limita o lançamento de um significativo montante de recursos na economia.

#### **4.1.6 Programa Bolsa Família (PBF) – MDS**

Este programa conhecido pela equipe de gestores se apresenta como a política pública de maior alcance social no município. Segundo o Portal da Transparência (2015), ao longo dos últimos anos este programa atendeu um grande número de famílias em todas as comunidades do município, garantindo entre os anos de 2009 e 2015 um investimento da ordem de R\$ 19.012.204,00 na economia do município.

Atendendo a população que reside tanto na área rural como urbana do município, o programa é adotado por este trabalho como uma política pública de desenvolvimento rural, o que se justifica pelo impacto direto na melhoria da qualidade de vida dos atendidos, bem como, pelo relevante impacto financeiro gerado pelos valores repassados às famílias.

#### **4.1.7 Programa de Proteção Social Básica – MDS**

Este programa atende famílias em situação de vulnerabilidade social e integra o Serviço de Proteção e atendimento Integral a Família.

Mesmo sendo um programa de caráter assistencial, neste trabalho ele é reconhecido como uma política pública de desenvolvimento rural, haja vista que o mesmo proporciona atendimento às necessidades fundamentais dos beneficiários tanto na

cidade quanto na zona rural, bem como, pelo volume de recursos investidos na economia do município.

Observa-se que em uma realidade de estagnação econômica como no caso do Município de Poté, programas como este de proteção social básica, bem como, o Bolsa Família se apresentam como alternativa às famílias desprovidas de outros recursos financeiros.

#### **4.1.8 Programa Comunidade, Conhecimento, Compartilhamento e Colaboração dos Municípios Brasileiros – 4CMBR – MCT**

Segundo os gestores municipais, este programa foi apresentado através da Caixa Econômica Federal. Eles afirmam que mesmo sendo importante na modernização dos serviços internos da prefeitura por meio da tecnologia da informação, o programa não tem viabilidade no município.

O programa oferecido pelo Ministério do Planejamento e Gestão, não prevê recursos para contratação de pessoal, desta forma torna-se inviável sua implantação. Observa-se que, nesta situação, o município, mesmo necessitando do programa para melhorar sua arrecadação e dinamizar seus procedimentos administrativos, não tem condições de acessá-lo, principalmente pelo impacto a ser gerado em sua folha de pagamento com a contratação de técnicos para atendimento com o programa.

#### **4.1.9 Programa Microempreendedor Individual (MEI) – MDIC**

O programa encontra-se em execução no município. Ocorre que a dinâmica de funcionamento do programa é autônoma, não obstante a contribuição do município para a sua implantação.

Um dos requisitos fundamentais para adesão é o alvará de funcionamento emitido pela administração, neste sentido a desburocratização promovida pela Secretaria Municipal de Fazenda possibilitou que os empreendedores interessados conseguissem com maior rapidez na liberação dos documentos e a inscrição neste importante programa que atende prioritariamente empreendedores de menor porte.

#### **4.1.10 Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – MDIC**

Os gestores do município conhecem o programa, entretanto, até o presente momento, não apresentaram nenhuma proposta. Ressalta-se que, segundo o Instituto de Desenvolvimento do Turismo (IDESTUR), o turismo rural no Brasil funciona como um dinamismo, uma vez que além de fortalecer os valores rurais, diversifica a economia regional pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios, diversifica a oferta turística, gera novas oportunidades de trabalho e agrega valor ao produto primário por meio da verticalização da produção.

Observa-se que as linhas de investimento deste programa podem apresentar viabilidade no caso de Poté. O município está inserido na área de abrangência da Área de Preservação Ambiental - APA do Vale do Mucuri, criada pelo decreto estadual nº 45.877 de 30 de dezembro de 2011. A criação desta APA pode potencializar a atividade no município e região.

Diante das poucas perspectivas de crescimento econômico por meio da produção industrial e da expansão do comércio, ações como criação de parques ecológicos, bem como arranjos associados à produção para o turismo, viabilizados pelo programa, podem ser explorados. Cumpre ressaltar a existência de uma relação direta entre desenvolvimento e sustentabilidade proporcionada por meio do turismo ecológico.

#### **4.1.11 Projeto Computadores para Inclusão - Projeto CI – MPLOG**

Os gestores municipais afirmam conhecer este programa e reconhecem sua importância. Porém, até o presente momento, não cadastraram novas propostas. Segundo eles, seria necessário um melhor suporte para que o município retomasse o projeto.

A experiência do projeto Computadores para a Inclusão (CI) no Município de Poté deixou uma imagem negativa quanto a sua viabilidade. Quando executado no município em anos anteriores o projeto não atendeu na totalidade aos seus objetivos, causando desinteresse para a administração e usuários.

As comunidades contempladas foram Mucuri e Baixinha, os distritos de Valão e Sucanga e a sede do município. Em todas as comunidades os equipamentos encontram-se parados. Observa-se que a experiência mal sucedida não desperta nos gestores a adesão a novas propostas que tenham características semelhantes ao projeto implementado anteriormente.

#### **4.1.12 Programa Brasil Alfabetizado - MEC**

Este programa já foi implementado no município. Entretanto, os gestores não se sabiam que o mesmo era disponibilizado pelo governo federal e encontrava-se aberto para adesão. Quando executado no município a coordenação era feita pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), órgão do Governo do Estado de Minas Gerais.

Este trabalho considera este programa como uma política de desenvolvimento rural, haja vista o seu potencial de contribuir com a educação e qualificação de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

#### **4.1.13 Programa Arca das Letras - Bibliotecas Rurais – MDA**

Segundo os gestores, em outros momentos o município foi contemplado pelo programa via entidades sociais. Mesmo conhecendo o programa, eles afirmaram desconhecer a abertura do Ministério do Desenvolvimento Agrário para cadastramento de novas propostas.

Ressalta-se que o programa Arca das Letras apresenta baixo custo para sua implantação, sendo que basicamente o município deve disponibilizar um espaço para instalação da estrutura. Este trabalho reconhece esse programa como voltado para o desenvolvimento rural, tendo em vista não apenas o fato de ser proposto pelo MDA, mas também por permitir uma melhor qualificação profissional e um enriquecimento cultural aos beneficiários.

#### **4.1.14 Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) – MDA**

Embora os gestores do município conheçam este programa, até o presente momento não se cadastrou nenhuma proposta. Segundo eles, o município não tem em sua extensão territorial nenhum caso de assentamento de reforma agrária.

Outros municípios do Território do Vale do Mucuri foram contemplados com o programa. Conforme reunião realizada com a participação da Subsecretaria de Regularização Fundiária, existem sérios problemas nos projetos em andamento no território, contudo, a perspectiva é de resolução de problemas e de ampliação dos assentamentos financiados.

No caso de Poté, o PNCF poderia contribuir significativamente na ocupação de áreas rurais do município, bem como promover outros investimentos em infraestrutura rural, fundamentais para o crescimento econômico. É importante salientar que os recursos oriundos do programa, além de poderem ser utilizados na aquisição da terra, permitem investimentos em infraestrutura básica e produtiva na área atendida.

#### **4.1.15 Programa Caminhos da Escola – MEC**

Este programa é bem conhecido pelos gestores. O município foi contemplado com 3 (três) ônibus oriundos deste programa. Diante da grande população rural do município, é de fundamental importância melhorar as condições para o transporte de alunos da rede pública. Os veículos viabilizados pelo MEC encontram-se em pleno funcionamento transportando os alunos da zona rural.

Nesta abordagem do programa Caminhos da Escola como política de desenvolvimento rural, cumpre destacar que a educação no campo é a porta de entrada para o desenvolvimento. Este programa abre as portas para outros projetos e ações de transformação da realidade social e econômica do território.

#### **4.1.16 Programa Minha Casa, Minha Vida - Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Ministério das Cidades.**

Embora os gestores do município conheçam este programa, até o presente momento não foi cadastrada nenhuma proposta pelo executivo municipal. Outros arranjos permitiram a construção de habitações populares em várias comunidades do município, em especial na zona rural.

Além de oferecer melhores condições de vida à população atendida, o PNHR possibilitou um impacto direto na geração de trabalho e renda no município a partir das oportunidades geradas pela construção civil. Possibilitou ainda um incremento nas lojas que atuam no ramo de materiais de construção.

As associações comunitárias rurais em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), foram responsáveis pela coordenação e implantação do programa no município. Segundo o CMDRS foram construídas até o presente momento 45 casas.

As comunidades atendidas destacam-se por apresentarem uma maior capacidade de organização e mobilização. Neste sentido as comunidades que implementaram os projetos foram, Ribeirão de Santa Cruz com 18 casas construídas, Comunidade de Igrejinha Sagrado Coração de Jesus com 15 casas construídas, comunidade Mucuri com 25 casas construídas e Comunidade dos Pereira, 10.

O CMDRS, afirma a existência de um déficit habitacional no município, bem como a existência de moradias precárias. Neste sentido, outras comunidades estão com projetos elaborados aguardando liberação por parte da Caixa Econômica Federal, órgão responsável pela aprovação dos projetos e liberação dos recursos do programa. São elas: Comunidade de Usina, Comunidade Água Limpa, Comunidade Córrego Paraná, Comunidade Vila dos Penedos, Comunidade Nossa Senhora das Graças e os distritos de Sucanga e Valão. Ressalta-se que, na comunidade de Três Rios, há 18 casas em estado avançado de construção, sendo aguardada a resposta da Caixa Econômica Federal para a liberação de outros 32 projetos.

Segundo relatos da presidente da Associação da Comunidade de Igrejinha Sagrado Coração, diversos beneficiários não acreditaram no programa em sua fase inicial, essa descrença se agravava a medida em que as respostas demoravam a chegar no retorno

das solicitações feitas pela Caixa Econômica Federal. A medida em que a construção das casas se iniciou, outros beneficiários se interessaram. Após a entrega das primeiras casas, várias comunidades apresentaram outros projetos, com destaque as comunidades de Igrejinha Sagrado Coração, Mucuri e Ribeirão de Santa Cruz.

Observa-se, pelo impacto positivo gerado nas comunidades atendidas, que a adesão do município ao programa pode viabilizar outros relevantes investimentos. Cumpre ressaltar que a atuação do poder público municipal pode ampliar o benefício para atendimento daquelas comunidades que não apresentam uma organização comunitária efetiva capaz de, por iniciativa própria, implantar o programa.

#### **4.1.17 Programa de Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos – FNS**

No presente momento encontra-se em execução um projeto na ordem de R\$ 500.000,00 com construções em várias comunidades do município. Este programa viabiliza melhores condições de saúde e saneamento para a população.

Este trabalho reconhece o Programa de Implantação de Melhorias Sanitárias domiciliares como um programa de promoção do desenvolvimento rural, haja vista o seu potencial de garantir aos trabalhadores e trabalhadoras do campo melhores condições de saúde e com isso melhores condições de trabalho.

#### **4.2 O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA E O MUNICÍPIO DE POTÉ**

O Território Rural do Vale do Mucuri enquanto espaço de discussão, proposição e controle de políticas públicas, foi constituído dentro do Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo que sua aprovação ocorreu em 09 de outubro de 2003.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável de 2010, este território rural se constitui como um espaço de discussão, proposição, deliberação, gestão e controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável que tem funcionamento permanente (PTDRS 2010).

O Município de Poté sempre se destacou na política territorial. Sua representação foi garantida por meio da sociedade civil e poder público contando com gestores públicos municipais, líderes sindicais e representantes de associações comunitárias rurais, vinculados ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

No início do ano de 2007, o governo brasileiro através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, institui o programa Territórios da Cidadania. A partir da criação deste programa o Território Rural do Vale do Mucuri passou a fazer parte da nova política de desenvolvimento territorial operando com outras matrizes de ações, o que, conforme relatado no PTDRS (2010), apresentou novos desafios e dificuldades de apropriação processual por parte dos agentes de desenvolvimento territorial rural.

O Município de Poté já recebeu recursos do programa de desenvolvimento territorial. No ano de 2003 o Colegiado Territorial optou por adquirir, em nome do município, os recursos necessários para a estruturação da secretaria executiva do território. Estes recursos oriundos do Pronat viabilizaram a aquisição de mobiliários, equipamentos eletrônicos e um veículo Fiat Uno.

Os equipamentos adquiridos, outrora disponíveis ao território, acabaram por ter seu uso restringido à utilização em Poté, não sendo disponibilizados para os demais 26 (vinte e seis) municípios componentes. Cumpre ressaltar que várias tentativas de acordo foram feitas entre o núcleo diretivo do Território e gestores municipais, entretanto, prevaleceu a vontade do Executivo Municipal e por falta de mecanismos legais os equipamentos não foram devolvidos.

Os gestores observam que a partir do episódio em que a gestão municipal de Poté, compreendida entre os anos 2009 e 2012, não devolveu ao Território os equipamentos adquiridos em 2004, a participação do município no programa ficou prejudicada. Desta forma, o não cumprimento do acordo com o colegiado diminuiu a credibilidade e prejudicou a imagem do município frente aos demais participantes.

Ao serem questionados quanto aos benefícios diretos e indiretos da participação no programa Territórios da Cidadania, os gestores afirmaram não perceber nenhum efeito ou benefício da participação do município. Segundo eles, o representante da Prefeitura no colegiado não tem apresentado participação efetiva nos encontros.

Conforme afirma Santos (1996), o território é o espaço transformado, entretanto, não se transforma este espaço sem a devida integração entre aos atores políticos e sociais que o compõe. Ficou evidente no caso do Município de Poté que os antagonismos entre os interesses da gestão municipal e as necessidades do colegiado territorial prejudicaram a implantação das políticas públicas de desenvolvimento no Território Mucuri.

#### 4.3 PROGRAMAS DESCONHECIDOS PELOS GESTORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Observa-se que há vários programas e projetos disponíveis junto ao Governo Federal, que são totalmente desconhecidos pela gestão municipal. Se acessados, os mesmos poderiam trazer impactos extremamente positivos na economia do município. Conforme apontado pela equipe de gestores, o município não detém recursos próprios para investimento. Neste sentido, o aporte de recursos da União poderia garantir outras perspectivas de desenvolvimento não só para o próprio município quanto também para a região. Abaixo estão listados os programas e projetos que são disponibilizados pela União, mas que os gestores municipais afirmaram desconhecer.

- Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
- Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
- Programa Acesso à Alimentação
- Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Inclusão e Desenvolvimento Social
- Programa Comunidades Tradicionais - Ciência e Tecnologia
- Programa de Reaplicação de Tecnologias Sociais
- Programa Inclusão Digital – Comunicação
- Programa Artesanato Brasileiro - Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal
- Programa de Capacitação das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte
- Programa Artesanato Brasileiro - Capacitação de Artesãos e Multiplicadores

- Programa Artesanato Brasileiro - Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal
- Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos
- Rede Nacional de Turismo Rural
- Programa de Apoio à Comercialização Nacional
- Programa Feira do Peixe
- Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR
- Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver
- Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMES
- Programa de Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento
- Programa Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres
- Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
- Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS
- Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca
- Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura
- Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local
- Programa de Regularização e Destinação de Imóveis da Extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA
- Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social em Áreas da União
- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
- Programa Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Saberes da Terra - ProJovem no Campo
- Programa de Apoio à Provisão de Habitação de Interesse Social em Áreas da União
- Programa de Elaboração de Projetos para Urbanização de Assentamentos Precários

- Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários
- Programa Comunidades Tradicionais – Gestão Ambiental
- Programa Infraestrutura Hídrica
- Programa de Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais
- Programa de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água
- Programa Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte
- Programa de Intervenções Viárias – ProVias
- Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca

## Capítulo V

### 5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL – LIMITAÇÕES DE ACESSO

Este trabalho buscou suscitar informações sobre os motivos do não acesso às políticas públicas disponíveis. Ao serem questionados, os gestores públicos municipais apontaram um conjunto amplo de fatores que dificultam o acesso a essas políticas, com destaque para aqueles de ordem técnica, financeira, legais e políticas.

Segundo os gestores municipais, a sucessão do pleito eleitoral que ocorreu no ano de 2012 foi extremamente caótica. Os relatos apontam que a gestão anterior queimou vários documentos importantes, bem como, deletou arquivos importantes dos computadores das secretarias municipais. Por falta de documentos e informações, até hoje a administração tem dificuldades nas prestações de contas dos convênios firmados anteriormente e no envio de informações solicitadas pelos ministérios.

Outro fator que evidencia as dificuldades de acesso às políticas públicas, diz respeito à situação de regularidade do município junto aos órgãos de controle. Para os gestores, a falta de documentação relacionada aos convênios assumidos pela gestão anterior, provoca a inscrição quase que permanente do município no CAUC<sup>8</sup> e no SIAFI<sup>9</sup>. A inscrição do município nestes instrumentos de controle provoca o bloqueio de recursos e inviabiliza o cadastramento de novas propostas junto aos ministérios proponentes de programas e projetos de interesse do município.

Outras dificuldades de ordem técnica também foram apontadas. Segundo os gestores, o município não detém equipe técnica suficiente para elaboração dos projetos e posterior captação e gestão dos recursos. Para os gestores o suporte técnico ofertado pela Associação dos Municípios do Vale do Mucuri (AMUC) é incipiente.

---

<sup>8</sup> Cadastro Único de Convênios. Este instrumento reúne e consolida todas as responsabilidades dos estados e municípios junto ao Governo Federal.

<sup>9</sup> Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária financeira e patrimonial do Governo Federal.

Com a mesma relevância, merece atenção o fato da administração municipal não ter acesso ao portal de convênios do Governo Federal, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), devido à ineficiência do servidor de internet utilizado pelo município. Ressalta-se que o SICONV se apresenta como a porta de entrada aos programas e projetos do Governo brasileiro, sendo condição ao cadastramento de propostas e posterior captação de recursos públicos. Mediante a esta situação, o município depende de outros parceiros e acaba perdendo a agilidade necessária no envio de propostas.

Problemas de ordem financeira também foram levantados. A queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)<sup>10</sup> e as contradições no repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS)<sup>11</sup>, no que diz respeito a Lei Hobin Hood<sup>12</sup>, limitam a capacidade do município de cumprir com as contrapartidas exigidas pelo Governo Federal.

A manutenção dos programas foi questionada pela equipe de gestão. Segundo eles, os governos encaminham os recursos. Contudo, os critérios de funcionamento são difíceis de serem cumpridos pela municipalidade e os altos custos de manutenção dificultam a continuidade das políticas públicas.

Outra observação importante feita pelos gestores diz respeito à dificuldade da administração em lidar com as questões cotidianas. As preocupações com pavimentação de vias públicas, patrolamento de estradas rurais, esgotamento sanitário entre outras questões do “dia a dia” da prefeitura, acabam absorvendo o “tempo” e a “energia” dos gestores, dificultando assim o empenho na busca de outros programas e projetos importantes para o desenvolvimento do município.

---

<sup>10</sup> É uma transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b), para os estados e o Distrito Federal de recursos do imposto de renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Cabe ao Tribunal de contas da União publicar os coeficientes dos municípios brasileiros.

<sup>11</sup> Imposto que incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e comunicação, de competência dos Estados e do Distrito Federal conforme previsto (CF, art. 155, II).

<sup>12</sup> Referente a Lei nº 12.040 de 1995 que dispõe sobre a distribuição da parcela de receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

Concordando com Hasbaert (2007), que traz a noção de que o território é uma construção social histórica que se dá a partir de relações de poder, pode-se observar que as relações entre os atores sociais que compõem o território estudado não são equilibradas, ocorrendo seu acirramento nas disputas eleitorais. Esta situação acaba não permitindo a combinação de energia e informações, o que segundo Raffestin, (1993) é fundamental para o alcance dos objetivos dos atores no território.

Conforme demonstrado nesta seção, o estudo de caso do Município de Poté, mostra que existe uma grande lacuna entre a formulação de políticas públicas e sua aplicação junto aos municípios. Não basta estar em um território para acessar com maior facilidade os programas e projetos federais. É preciso que haja uma combinação harmônica entre aspectos econômicos, técnicos, administrativos e políticos.

## 5.2 ENTRE OS MINISTÉRIOS E O MUNICÍPIO

O levantamento realizado sobre as políticas públicas que estavam disponíveis e as que foram efetivamente acessadas pelo município evidenciou as distorções existentes entre os elaboradores e os executores das políticas públicas federais.

Verificou-se que o município acessou importantes políticas públicas de desenvolvimento rural, bem como outras políticas nas áreas de infraestrutura urbana, educação, saúde e assistência social. Entretanto, constatou-se que diversos programas estiveram disponíveis, todavia, não foram acessados, sendo observada a existência de uma lacuna entre os programas e projetos pensados, e aqueles que realmente alcançam seu objetivo final, qual seja, o atendimento das necessidades da população, promovendo a devida melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O presente trabalho focou seu olhar nas políticas públicas de desenvolvimento rural, haja vista que o município de Poté, balizador espacial desta pesquisa, apresenta características rurais e encontra-se como participante do programa Territórios da Cidadania, política pública promovida pelo governo brasileiro que atua em territórios desta natureza.

Observa-se que, apesar da existência de uma grande quantidade de programas e projetos focados no território, vários obstáculos acabam impedindo que as boas perspectivas de transformação da realidade social e econômica local, preconizadas pelas políticas públicas, se concretizem. Todavia, o que pode ser constatado é que as políticas públicas acessadas pelo Município de Poté, até o presente momento, não foram capazes de modificar as estatísticas que apontam para o estado de estagnação econômica do município.

Percebe-se que a elaboração das políticas públicas ainda é feita de forma genérica, contemplando demandas nacionais e direcionadas ao conjunto amplo de municípios que compõe os estados e a federação. Neste sentido, os municípios, mesmo tendo a liberdade de escolha quanto à adesão aos programas, não tem a oportunidade de serem contemplados com as políticas públicas que atendem a sua realidade específica.

O Governo Federal mesmo sendo proponente da política de desenvolvimento territorial não apresenta mecanismos eficazes na elaboração compartilhada de políticas públicas.

Observa-se que, pelo menos em potencial, o programa apresenta essa possibilidade, mas isso não se confirma no caso em análise. Quanto aos programas já existentes, as dificuldades de acesso se apresentam como uma dura realidade.

Do conjunto de 60 (sessenta) programas e projetos disponibilizados pelo governo federal no período de 2009 a 2015, e que foram apresentados aos gestores municipais, esses afirmaram conhecer apenas 18 (dezoito), sendo que 14 (quatorze) já foram implementados no município e 4 (quatro) ainda não haviam tido nenhuma proposta cadastrada no portal de convênios do Governo Federal para posterior captação dos recursos. Ressalta-se que os programas acessados impactaram significativamente o município, o que não descarta a necessidade de reestruturação de alguns para melhor alcance dos seus objetivos.

As políticas públicas desconhecidas e conseqüentemente não acessadas, respondem com total coerência as necessidades do município, as quais foram reafirmadas no PTDRS do TCVM. Entretanto, importantes desafios de ordem financeira, política, legais e técnicas devem ser superados para que as políticas públicas sejam conhecidas e acessadas, de forma que a população tenha suas demandas atendidas. Neste sentido, conforme ressalta Albagli (2004), acredita-se na força do território como espaço de construção de novas relações de cooperação para alcance desse objetivo.

Em que pese a responsabilidade institucional do município em promover o desenvolvimento, cumpre salientar que o desenvolvimento territorial não é responsabilidade única e exclusiva do poder público, sendo uma demanda do conjunto da sociedade. Neste sentido, o alcance deste objetivo só é possível a partir da interação entre os atores na superação das dificuldades. Nesse aspecto a territorialidade adquire um valor particular, de forma que o esforço coletivo dos atores que controlam, usam e ocupam o espaço, atribui sentido ao lugar e o converte em território, sendo este o ambiente adequado para o desenvolvimento das ações.

Para além dos esforços territoriais de superação das dificuldades, este trabalho questiona outras situações que inviabilizam a captação dos recursos públicos e conseqüentemente a promoção do desenvolvimento territorial. Contatou-se que as dificuldades financeiras dos municípios se apresentam como um dos principais gargalos no acesso as políticas públicas.

De acordo aos relatos dos gestores públicos de Poté, os poucos recursos do município são utilizados no cumprimento da folha de pagamento e no custeio das necessidades básicas da Prefeitura. Desta forma, falta dinheiro para garantir as contrapartidas necessárias para o acesso aos programas. Ressalta-se ainda, que na maioria das vezes a responsabilidade de manutenção dos programas e projetos acessados é do município, agravando ainda mais a situação.

Os problemas de ordem política também merecem destaque nesta abordagem haja vista seu impacto na gestão municipal. Cabe ao gestor público, por meio das ações administrativas, transformar suas plataformas eleitorais em ações concretas (SILVA, 2005), porém, a rivalidade política, sobretudo em cidades menores, acirram as disputas de forma que as eleições passam, porém os problemas ficam. O caso de Poté é um exemplo desta realidade.

Conforme relatos dos gestores municipais, as prestações de contas não realizadas pela gestão que se iniciou em 2009 e terminou em 2012, bem como, o desaparecimento de documentos imprescindíveis aos órgãos de controle das contas públicas, provocaram e ainda provocam, o registro do município no SIAFI e no CAUC, situação que bloqueia os repasses de recursos financeiros e impede o cadastramento de propostas nos editais públicos.

Destacam-se com igual relevância, os problemas de ordem técnica. A cada dia os procedimentos de acesso aos editais públicos estão mais criteriosos, o que reforça a necessidade de equipes qualificadas tecnicamente para o trabalho de levantamento de demandas, elaboração e prestação de contas de projetos. Ocorre que a contratação destes profissionais representa um alto custo para o município. Ressalta-se a existência da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri (AMUC), que presta algum apoio ao Município de Poté, todavia, a associação não dispõe de um número de técnicos suficiente para a execução do trabalho em sua totalidade.

Este estudo reforça a ideia do desenvolvimento territorial como alternativa para superação das desigualdades e promoção de uma vida digna as populações da cidade e do campo. O território é este espaço em que o Estado pode promover respostas aos principais problemas sociais (SCHNEIDER, 2003), entretanto, no caso do TCVM e especificamente no Município de Poté, a experiência territorial não foi exitosa.

Conforme relatado, os gestores não percebem viabilidade da política territorial no atendimento das demandas do município.

É possível constatar neste estudo, que o território da cidadania, enquanto programa de governo, não foi capaz de garantir o atendimento das principais demandas territoriais no município estudado. É evidente que o programa por si só não tem esta pretensão, pois, conforme expresso em seu documento base, o programa busca promover a integração de instituições de governo e sociedade civil em busca do desenvolvimento sustentável dos territórios (MDA, 2008).

Ressalta-se que ainda que, mesmo que a política territorial não tenha apresentado êxito em sua totalidade no Vale do Mucuri, ela contribuiu significativamente para que fossem elaborados os instrumentos necessários para a proposição e controle de políticas públicas, bem como, possibilitou a criação de uma rede de cooperação entre os municípios participantes. Entretanto, ressalta-se a necessidade de construção de uma agenda positiva em que os municípios representados no colegiado territorial utilizem o cabedal de instrumentos técnicos, políticos e sociais para construção de novos caminhos para o TCVM.

A estratégia de desenvolvimento territorial é uma alternativa possível para o desenvolvimento social e econômico da região. Mas, novamente se ressalta a necessidade dessa ser pautada na participação popular e na integração entre governo e sociedade civil, conforme expresso em suas formulações teóricas. Desta forma, os programas e projetos disponibilizados serão mais coerentes com a realidade e necessidades da população.

## Capítulo VI

### 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou investigar a capacidade de acesso dos municípios às políticas públicas de desenvolvimento regional, tendo como balizador espacial o Município de Poté. Para tal, apoiou-se em um minucioso levantamento junto aos órgãos governamentais nas esferas federal e municipal buscando conhecer as políticas públicas disponíveis ao município, aquelas que foram acessadas e outras que, mesmo estando disponíveis, não foram acessadas.

As discussões aqui apresentadas foram realizadas a partir do diálogo com vários autores que aprofundaram seus estudos na construção do conceito de território. Esta abordagem que compreende o recorte territorial permitiu analisar as desigualdades regionais e aplicação de políticas públicas de desenvolvimento rural a partir de um olhar focado no desenvolvimento do Território do Vale do Mucuri .

Concluiu-se que o volume de políticas públicas disponíveis e não acessadas é bem superior aos programas e projetos acessados. Constatou-se a existência de uma lacuna entre as formulações realizadas junto aos ministérios do Governo Federal e a realidade dos municípios no que tange a capacidade de captar os recursos públicos, implementar as políticas públicas e, posteriormente, prestar contas do processo.

Espera-se que para além da formulação das políticas públicas, outros esforços sejam feitos, sobretudo no que se refere à criação de mecanismos que facilitem o acesso dos municípios aos programas. Ressalta-se, conforme demonstrado, que os programas e projetos acessados apresentaram grande relevância e que alguns devem ser ampliados para alcançar uma maior parcela da população.

Acredita-se que as privações de liberdade, em especial aquelas de ordem financeira, políticas e técnicas devem ser superadas para que o município possa aumentar a sua capacidade de captação de recursos públicos. Contudo, faz-se necessário destacar que os

desafios aqui apresentados como privações de liberdade não são resolvidos somente na escala municipal ou territorial.

Sugere-se ao Governo Federal, a criação de instrumentos públicos capazes de apoiar os municípios na captação dos recursos oriundos do orçamento geral da União. Neste sentido, auxiliar os municípios na elaboração de projetos técnicos poderia proporcionar um relevante resultado. Propõe-se ainda, a liberação de incentivos financeiros às associações regionais de municípios, para que as mesmas possam ampliar seu atendimento, contemplando em especial, o auxílio na elaboração das prestações de contas dos recursos públicos obtidos pelos municípios.

Sugere-se aos gestores públicos do Município de Poté que aumentem os esforços para a superação dos problemas de ordem operacionais, como o acesso ao sistema de convênios do Governo Federal, haja vista que o mesmo se apresenta como porta de entrada para captação de recursos públicos. Sugere-se ainda a utilização dos diagnósticos e planos de desenvolvimento produzidos pelo TCVM na elaboração de projetos de captação de recursos junto aos entes governamentais.

Por fim, este estudo reconhece que a estratégia de desenvolvimento com abordagem territorial adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, apresenta em suas formulações teóricas uma metodologia que estimula a participação popular e a inclusão social na formulação e no controle de políticas públicas. Entretanto, no caso aqui apresentado este objetivo não foi alcançado em sua totalidade. Portanto, para melhor análise das práticas implementadas pelo MDA, este trabalho aponta para a necessidade de realização de outros trabalhos que aprofundem as questões aqui levantadas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, nº 2, vol. IV. Abril/junho, 2000.

ALBAGLI, Sarita. Território e territorialidade. In: LAGES, Vinícius Nobre; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004. 350 p.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 14, dez. 1996.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. V.3, p. 83-132.

BRASIL, Presidência da República. **Catálogo de programas do governo federal destinado aos municípios**. Brasília: MP, 2008.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

CAZELLA, Ademir Antônio. As bases sóciopolíticas do desenvolvimento territorial: Uma análise à partir da experiência Francesa. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n.1, p. 5-27, jan./abr. 2008.

COCHRAN, Clarke E.; et al. **Public Policy: an Introduction**. In: Clarke E. Cochran, Lawrence C. Mayer, T.R. Carr and N. Joseph – American Public Policy: an Introduction. Wadsworth, Cengage Learning, 9th Edition, 2009 pp. 1-19.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes a prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 21, jun. 2000, pp. 211-259.

GEPAF. **Atualização do plano de desenvolvimento territorial sustentável:** Território da Cidadania Vale do Mucuri. Teófilo Otoni, UFVJM, 2010.

GERALDI, Juliano. Análise conceitual da política de territórios rurais: O desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº39, jul/dez. 2012.

HAESBAERT, Rogério. O território em tempos de globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e Outras Coisas**. nº2 (4), vol. 1, 15 de agosto de 2007. Disponível: <<http://uff.br/etc>>. Acesso em 15 de julho de 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização a multiterritorialidade**. Anais do X encontro de geógrafos da América Latina. 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo.

LEE, E.S. **Uma teoria sobre a migração**. In: MOURA, H.A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114, 722p.

LEISTNER, Rodrigo Marques. Resenha do livro Políticas públicas no Brasil, **Otra Economía**, 5(8), enero-junio, 2011.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura, 2009. 209 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAVENSTEIN, E.G.(1885) **As leis das migrações**. In: MOURA, H.A. (org.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza, BNB/ ENTENE, 1980, p.25-88, 722p.

RUCKERT, Aldomar Arnaldo. A reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **I seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades**, 2004. Canoas. Porto alegre: Programa de Pós Graduação em Geografia UFRGS, Curso de Geografia, Ulbra, 2004.

SANTOS, Mauro Augusto dos (org.). **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 118 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 132 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 1996. São Paulo: Edusp, 2004. 384p.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). *Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI*. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade.** Trad. De Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Edneilton Gomes da. **Desempenho institucional:** A política de qualificação dos docentes da UESB. Salvador: Uneb, 2009.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Territorialidade em Minas Gerais a crise do sistema colonial.** Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, III. 23 a 26 de maio de 2006. Brasília (DF).

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, pp. 20-45.

#### **Sites consultados:**

Governo de Minas Gerais: [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br)

Instituto de desenvolvimento do turismo rural - [www.idestur.org.br](http://www.idestur.org.br)

Ministério da Integração Nacional: [www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br)

Ministério das Cidades: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

Ministério do Desenvolvimento Agrário: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:  
<http://www.mdic.gov.br/>

Portal Federativo: [www.portalfederativo.gov.br](http://www.portalfederativo.gov.br)

Portal da transparência:

<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/consultam.asp?fcod=5047&fuf=mg&forgao=00&fconsulta=0>

Sistema de Informações Territoriais (SIT):

<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?modo=1&sobreposicao=S>